



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria Teresa da Silva Morais](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 27/XVI/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 343 e 344/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 403 a 407/XVI/1.^a.

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL), aludindo a acontecimentos recentes na Cova da Moura, falou sobre o papel do Estado nas áreas da liberdade e da segurança. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Fabian](#)

[Figueiredo](#) (BE) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) defendeu que, perante a morte de Odaí Moniz, a única atitude compatível com a República é a da justiça e da igualdade. Em seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Entretanto, a Presidente ([Teresa Morais](#)) saudou várias escolas presentes nas galerias, que foram aplaudidas pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [António Filipe](#) (PCP) criticou o Plano de Ação para a Comunicação Social do Governo, que considerou prejudicial para o serviço público de comunicação social. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [José Costa](#) (PS), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Andreia Bernardo](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Filipa Pinto](#) (L) abordou a decisão do Governo de libertar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento de «amarras ideológicas», vincando o facto de o Estado dever ajudar os pais no ensino do respeito pelos direitos humanos. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Tânia Mateus](#) (PCP), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Pedro Correia](#) (CH), [Pedro Alves](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Joana Mortágua](#) (BE)

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) condenou os recentes casos de violência ocorridos na região de Lisboa e criticou a posição tomada por Deputados de outras bancadas relativamente ao sucedido. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Alexandre Poço](#) (PSD) recordou a recente realização do 42.º Congresso Nacional do PSD, com a reeleição de Luís Montenegro como Presidente e a eleição dos novos órgãos, e destacou as reformas que o seu partido tem levado a cabo desde que está no Governo. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marisa Matias](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa](#)

[Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Francisco César](#) (PS).

Entretanto, a Presidente ([Teresa Morais](#)) anunciou a presença do Grupo Coral de Ourique e do Grupo Cantares de Évora nas galerias, que foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [Marcos Perestrello](#) (PS) referiu-se a alegadas ofensas dirigidas pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e outros militares na base aérea de Figo Maduro, considerando que se exige um esclarecimento e um pedido de desculpas. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Marisa Matias](#) (BE) e [Nuno Simões de Melo](#) (CH).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) prestou homenagem a agentes da polícia que perderam a vida no cumprimento do dever, criticando os ataques às forças de segurança. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) falou do retrocesso nos direitos e na proteção dos animais no País, com a falta de investimento do Governo nessa matéria. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Palmira Maciel](#) (PS), [Gonçalo Valente](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Deu-se conta de três Deputados do PS e quatro Deputados do PSD que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 55 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que entretanto abram as galerias ao público. Obrigada. Passo a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente, passo a informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Em primeiro lugar, refiro a Proposta de Lei n.º [27/XVI/1.^a](#) (GOV) — Altera o Código Penal e o Regulamento das Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [343/XVI/1.^a](#) (BE) — Garante a igualdade na carreira aos especialistas auxiliares da Polícia Judiciária (alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro) e [344/XVI/1.^a](#) (BE) — Introdução do critério da paridade na composição do Tribunal Constitucional (alteração à lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, Lei n.º 28/82, de 15 de novembro).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [403/XVI/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção de um novo quadro legislativo para potenciar o crescimento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos e a aproximação ao modelo comunitário disposto pelo AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation), [404/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo a regularização urgente de cidadãos nacionais da República de Belarus (Bielorrússia) residentes em Portugal afetados por represálias e perseguições do regime de Lukashenka, [405/XVI/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a alteração das regras para a emissão de atestados de residência pelas juntas de freguesia, [406/XVI/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a realização do estudo de soluções para o reforço da oferta de transporte ferroviário integrado entre Lordelo e Guimarães e [407/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda de imediato a concessão do projeto da central fotovoltaica flutuante na Barragem do Cabril.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos dar início ao ponto único da ordem de trabalhos de hoje, que consiste em declarações políticas.

Pela ordem de intervenções, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Pausa.

Peço, entretanto, às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares e que reduzam o nível de ruído na Sala.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Não há liberdade sem segurança nem segurança sem liberdade. E aqueles que trocam uma por outra, mais cedo ou mais tarde, ficam sem qualquer uma delas.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Os acontecimentos das últimas horas mostram que este é o momento de recordar alicerces fundamentais do Estado de direito: cidadãos que agem em liberdade dentro dos limites da lei e forças policiais que asseguram o seu cumprimento com proporcionalidade e respeito pelas garantias dos cidadãos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Os factos sucedidos na madrugada de segunda-feira na Cova da Moura obrigam a que se saiba efetivamente o que aconteceu. Mas, sem saber o que se passou, a esquerda radical atira achas para a fogueira da revolta,...

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem, tal qual!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... desculpabilizando violência e vandalismo.

Para a esquerda radical, a polícia está sempre errada. E a direita radical, de forma simétrica, alimenta a ideia de que a violência policial é sempre legítima e inquestionável.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Para a direita radical, a polícia está sempre certa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, dê-me 1 segundo, por favor.

É necessário criar condições na Sala para ouvir o orador, e essas condições neste momento não existem.

Peço, por favor, às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, e que se elimine o ruído na Sala para que se possa ouvir o Sr. Deputado Rui Rocha.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Dizia eu que a esquerda radical e a direita radical são duas faces da mesma moeda: dependem e alimentam-se uma da outra.

Srs. Deputados, há demasiados abutres a pairar sobre a política portuguesa.

Aplausos da IL.

Protestos de Deputados do CH.

Mas, Srs. Deputados, ao mesmo tempo que as autoridades investigam e apuram responsabilidades, podem tirar-se já três conclusões neste momento.

Primeira conclusão: em matéria de segurança, o Estado está, como em outras áreas nucleares, a falhar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É tempo de dizer que o Estado tem de parar de desbaratar recursos em áreas onde não deve estar...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... e tem de reforçar a sua capacidade em áreas fundamentais, como a segurança, a defesa ou a justiça.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Estado não pode continuar a ser um catavento que se mete em tudo e não trata de nada.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Segunda conclusão: independentemente dos factos que vierem a ser provados, promover emboscadas às forças policiais e desencadear motins e atos de vandalismo generalizado não é um comportamento que se enquadre na busca da justiça.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Antes, é um comportamento que constitui um ataque direto ao Estado de direito, e é totalmente inadmissível.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Aproveito, aliás, para dirigir uma palavra aos habitantes que têm sido prejudicados e que têm visto a sua segurança posta em causa por estes acontecimentos, nomeadamente, aos habitantes dos bairros onde estes atos têm acontecido. A esses habitantes, que, na sua esmagadora maioria, são cidadãos dignos, tranquilos e que têm direito ao seu sossego e a viver a vida em paz,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... o Estado não pode continuar a falhar.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Aproveito também para dirigir uma palavra aos jornalistas que foram já alvo de violência irracional e injustificada.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Não há nenhum direito que justifique que os jornalistas sejam postos em causa na sua integridade física ou no seu direito a informar.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Dirijo ainda uma palavra a todos os elementos das nossas forças policiais que estão no terreno, com risco da sua segurança pessoal e integridade física, a zelar pela nossa segurança.

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Dentro do domínio da lei, terão, obviamente, aqui uma bancada para os apoiar.

Aplausos da IL.

Terceira conclusão: as autoridades devem repor rapidamente a ordem pública, garantir segurança a pessoas e bens e acabar com a anomalia do Estado de direito que é a existência de zonas sem lei e bairros interditos.

Liberdade em segurança para todos, com um Estado focado nas suas funções essenciais, com os meios e recursos necessários para exercer bem essas funções; com forças policiais preparadas, treinadas, equipadas e atentas à manutenção da ordem pública; com os portugueses ao lado das forças de segurança sempre que estas atuam com proporcionalidade e no respeito pelos direitos dos cidadãos: este é o nosso combate, e dele não desistimos. É este sentido de responsabilidade que garantimos aos portugueses.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, a Mesa está ainda a registar os pedidos de esclarecimento que estão pendentes.

Pausa.

A Mesa regista cinco inscrições para pedidos de esclarecimento.
Sr. Deputado, como pretende responder?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A um conjunto de três e a outro de dois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem então a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado, agradeço à Iniciativa Liberal por nos trazer este tema, que é da maior relevância.

É precisamente por concordar consigo, que não é com populismos nem com oportunismos que vamos combater estes fenómenos de insegurança no nosso país, que eu gostava de começar por deixar também uma palavra de pesar à família da pessoa que morreu, neste caso, Odair Moniz.

Vozes do CH: — Oh!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Independentemente daquelas que sejam as circunstâncias que se venham a apurar, não podemos esquecer que, infelizmente, no contexto de uma operação policial, morreu uma pessoa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ia matar!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e isso é de lamentar, seja pela sua família e pela sua comunidade, seja pelas próprias forças de segurança, que em circunstância alguma — devemos todos partir deste pressuposto — desejarão que isto aconteça.

Protestos de Deputados do CH.

Por isso mesmo, há que não ir atrás daquele que tem sido o discurso oportunista de achar que é com medalhas que se resolvem estas circunstâncias. Não, não é! É com duas dimensões muito distintas, e pergunto-lhe se concorda que é fundamental: por um lado, combater estes fenómenos de insegurança, garantindo a integração das comunidades e corrigindo o elevador social, que continua avariado no nosso país e que permite precisamente que os oportunistas e aqueles que querem ver a cultura do ódio alimentada tenham aqui terreno fértil para crescerem à conta destes fenómenos;...

Protestos do Deputado do CH Ricardo Dias Pinto.

... e, por outro lado, atuar na dimensão do combate à criminalidade e das próprias condições de atuação das forças de segurança, porque para o PAN é muito claro que este episódio resulta também do medo, que, depois, gera tanto situações incorretas de atuação como fenómenos de racismo, de discriminação ou até mesmo de qualquer outro fenómeno de criminalidade que possa aqui estar subjacente.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso é racismo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Pergunto-lhe se concorda que temos de nos pautar pela valorização das forças de segurança e pela sua adequada formação, para que, mesmo num contexto extremo como este,

não haja ações desproporcionais. Sabemos que terá ainda de decorrer a normal investigação do processo, que está em curso, para que não estejamos aqui a ultrapassar o tempo da própria investigação e a retirar conclusões sobre factos, quando — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos de ter, pelo menos, a honestidade intelectual de o reconhecer — todos desconhecemos o que aconteceu naquele dia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Haja bom senso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todos não! O Bloco sabe!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Desconhecendo o que aconteceu naquele dia e as suas circunstâncias, qualquer conclusão será sempre um atropelo e um desrespeito de parte a parte: para com as forças de segurança, mas também para com uma família que está neste momento enlutada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que a JS (Juventude Socialista) não bateu palmas ao PAN?! Onde está a JS?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, trouxe aqui acontecimentos muito recentes, que nos preocupam a todos, e referiu-se a posições da extrema-direita e da extrema-esquerda. Como o PCP não enfia nenhuma dessas carapuças, estamos à vontade para falar sobre o assunto.

Risos do CH, da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A Venezuela como vai?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Alguém vai enfiar!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Deputado, compartilhamos consigo a citação que fez de Benjamin Franklin: quem não sabe conciliar liberdade com segurança não merece nem uma nem outra. Estamos de acordo relativamente a isso.

É preciso dizer muito claramente o seguinte: o que aconteceu, o acontecimento infeliz de um cidadão ter sido alvejado na sequência de uma perseguição policial e ter falecido, é algo que suscita enorme preocupação, muito pesar e a expressão das nossas condolências aos familiares, amigos, vizinhos, a todos os entes queridos da pessoa que faleceu, e que exige um cabal esclarecimento das circunstâncias e o apuramento de todas as responsabilidades que devam ser apuradas. Isto deve ser muito claro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Segunda questão: importa repudiar todos os atos de violência e todos os atos de incitamento à violência, venham eles de onde vierem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mesmo que seja aí do lado, do Bloco de Esquerda!

Vozes do CH: — Vêm aí do lado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não é com gasolina que se apagam fogos, e o que é preciso fazer é um apelo à serenidade, um apelo à tranquilidade.

Terceira questão: nesta situação difícil, é preciso que haja, da parte das forças de segurança, a serenidade necessária para uma atuação que seja justa, proporcional e adequada, e esta é também uma questão

essencial. É preciso recuperar a tranquilidade naquelas zonas. As populações laboriosas que vivem naqueles bairros têm direito à tranquilidade e à segurança, e é também uma incumbência da polícia garanti-lo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Coreia do Norte, como é que é?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, Srs. Deputados, deixo um lamento muito sincero pelo que aconteceu e também por tudo o que está a acontecer, um apelo à calma e o repúdio a quaisquer intervenções de apologia à violência, venham elas de onde vierem.

Aplausos do PCP, da Deputada do PS Isabel Alves Moreira e dos Deputados da IL Mariana Leitão e Rodrigo Saraiva.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Caro Sr. Deputado Rui Rocha, juntando-me à expressão de deplorar pela morte de um concidadão nosso, pelos filhos que ficam sem pai, pela comunidade que foi afetada e exprimindo condolências a todas as pessoas que perderam um ente querido, queria aproveitar para aprofundar um pouco aquilo que disse na sua intervenção sobre o Estado precisar de se retirar de onde não faz falta e passar a estar onde faz falta, referindo-se, em particular, à comunidade da Cova da Moura.

É uma comunidade que conheço particularmente bem. Eu fui professor na Cova da Moura durante muitos anos, dei explicações lá. A última vez que encontrei uma pessoa que foi minha aluna na Associação Moinho da Juventude foi aqui, na Assembleia da República; ela agora é professora de História, em Oeiras. Durante muitos anos, o bibliotecário do bairro — sim, muita gente não sabe, mas no bairro da Cova da Moura há uma biblioteca que os habitantes fizeram — foi também um aluno meu.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso é racismo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eu sei que na Cova da Moura moram pessoas que, como nós, querem o melhor para os seus filhos, que trabalham, muitas vezes, muito, que estão numa comunidade na qual muito falta da parte do Estado. E é aí que eu acho que, se quisermos ter — como eu imagino que queira ter — uma visão que seja aprofundada e integrada destes problemas, sabemos que isto não vai lá com chavões acerca de o Estado ter de sair daqui ou ir para acolá.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Estado, na Cova da Moura, faltava no licenciamento das casas. O Estado, na Cova da Moura, faltava no saneamento básico. O Estado, na Cova da Moura, faltava em tantos aspetos de acompanhamento dos alunos.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Estado, na Cova da Moura, não tinha uma escola. Mas a polícia sempre entrou na Cova da Moura.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até têm uma escola...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Lembro-me bem da polícia, nas sextas-feiras, ao fim de semana. Quando muitos daqueles homens recebiam das obras em dinheiro vivo — porque também faltava Estado, em termos de Autoridade para as Condições do Trabalho —...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Alguns até trabalham...!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... muitas vezes, esse dinheiro ficava confiscado, embora fosse produto do trabalho, porque a polícia o poderia levar como se fosse produto do tráfico de droga.

Vozes do CH: — Eh! Vergonha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portanto, Sr. Deputado Rui Rocha, concorda comigo ou não que, para evitarmos que acontecimentos destes se reproduzam, é preciso uma ação muito mais integrada de acompanhamento destas comunidades...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Intervenção preconceituosa! Até têm uma biblioteca...!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Filipe, começo pela sua intervenção. Uma vez sem exemplo, eu concordo quase integralmente com tudo aquilo que disse — não vai acontecer muitas vezes —, e concordo tanto, que nem vou sublinhar a diferença de entendimento que temos sobre a liberdade e a segurança, porque nós consideramos que são, de facto, aliados e não fatores em oposição, como acontece nos regimes comunistas. Mas, como digo, não me parece que valha a pena, sequer, estar a insistir muito nisso. Subscrevo aquilo que referiu.

Quanto às intervenções do Sr. Deputado Rui Tavares e da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, um primeiro esclarecimento: eu, quando estava a falar da presença ou ausência do Estado, não me estava a referir especificamente à Cova da Moura, mas tinha em mente, sobretudo, o Estado que desbarata enormes quantidades de recursos com funções que não são essenciais para as pessoas e que depois deixa, na Cova da Moura, em muitas áreas deste País — no interior, no sul, no norte, em muitas áreas —, as populações à sua sorte, sem o mínimo de condições.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falo de todo o lado, nós somos uma comunidade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Agora, onde eu creio que temos uma divergência, por aquilo que conheço das posições que têm manifestado nesta Casa, é num aspeto essencial: para mim, aquilo que é fundamental para revertermos as situações de abandono, de pobreza — e ainda há poucos dias tivemos a evidência de que continua a ser uma vergonha nacional para todos nós —, de maneira a combater isto, é apostar no crescimento económico, é que o Estado crie condições e tenha esse papel de libertar a economia, de desregulamentar, de diminuir os impostos, para que esta economia possa crescer e, depois, sim, tenhamos políticas que possam distribuir a riqueza criada. Distribuir antes de criar riqueza está provado que não funciona.

Aplausos da IL.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Até custa falar de impostos!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, começamos esta intervenção por lamentar a morte do cidadão Odair Moniz, de 43 anos, que deixa três filhos sem pai e que foi morto na sequência de uma perseguição policial em que seguia na sua própria viatura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A ver vamos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O seu nome, infelizmente, junta-se ao de tantos outros: Ângelo Semedo, 17 anos, da Cova da Moura, morto pelas costas; Manuel Pereira, 24 anos, do Bairro da Bela Vista, em Setúbal, morto à queima-roupa com uma *shotgun*; Carlos Reis, 20 anos, baleado na cabeça durante uma operação *stop*;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só criminosos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... *Kuku*, 14 anos, encurralado na Falagueira, abatido à queima-roupa;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavam a trabalhar, coitados!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... MC Snake, 30 anos, abatido com o carro imobilizado;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, outro trabalhador!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... Diogo Seidi, 15 anos, que faleceu no hospital após tortura na esquadra de Alfragide — essa esquadra que foi o palco de uma tortura vil a dirigentes associativos e a jovens inocentes da Cova da Moura,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isto é uma vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... depois de um comunicado mentiroso que envergonhou o Estado de direito democrático.

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em Portugal, é 21 vezes mais provável uma pessoa ser morta pela polícia se for negra;...

Protestos do CH e do CDS-PP.

... é cinco vezes menos provável aceder ao ensino superior se for negra; é 26 % mais frequente uma pessoa negra exercer uma profissão pouco qualificada ou com mais esforço físico;...

Protestos do CH.

... e enfrentar carência habitacional, 30 %.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Vai-te embora, pá!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, de um lado está o Chega, do outro está o Bloco,...

Protestos do CH.

... como de um lado está o Estado de direito democrático e do outro o autoritarismo, como de um lado está a polícia autoritária e do outro lado está a polícia em democracia.

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A democracia está aqui!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso mesmo, sim, de um lado está o Bloco, do outro está o Chega, como de um lado está a democracia e do outro está a apologia do autoritarismo.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aí só está o ódio!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Depois vão falar dos sindicatos, bela vergonha!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, o tema da declaração política do Sr. Deputado Rui Rocha e das declarações políticas que se vão suceder é demasiado sério, é demasiado grave para ser tratado da forma como eu já aqui vi.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, deixo três palavras.

A primeira é para dizer que neste grupo parlamentar não confundimos a parte com o todo, não confundimos criminosos com aquelas pessoas que querem viver em paz e em segurança pública, deixando uma palavra de solidariedade com todos os moradores dos bairros afetados pelos graves incidentes de ontem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Uma segunda palavra, essencialíssima: neste grupo parlamentar estamos sempre, do ponto de vista do princípio, na posição de que as forças e os serviços de segurança deste País atuam dentro do quadro da legalidade, e é com eles que nós estamos, é a eles que queremos fazer o nosso reconhecimento e prestar a nossa gratidão, na defesa do Estado de direito democrático, da segurança, da ordem pública e da paz pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Cláudia Santos.

A terceira palavra é de veemente condenação por todos os desacatos, por todos os comportamentos criminosos a que temos assistido nos últimos dias, que inspiram o medo e a insegurança, e, com a mesma veemência, de condenação daqueles que têm responsabilidades em órgãos de soberania e se comportam como gasolina num incêndio. Eu não deixo de condenar os populismos, sejam eles à direita, sejam eles à esquerda. Aquilo a que assistimos agora aqui é vergonhoso,...

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e eu queria repudiar aquilo que foi feito relativamente às forças e aos serviços de segurança do nosso País pelo Bloco de Esquerda.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responder a quê? Ninguém perguntou nada!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.^a Presidente, em rigor, não houve perguntas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... mas eu não vou deixar de responder a um ato que considero gravíssimo,...

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e que veio da bancada do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, eu nunca vi abutres resolverem incêndios nem desordem. Os abutres alimentam-se do caos e da desordem,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O quê?! Oh pá, inacreditável!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e, quando já só restam destroços, abandonam o local e procuram outra tragédia de que se possam alimentar. Foi isso que o senhor aqui fez,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e isso é indigno.

Desta bancada, as forças da ordem receberão sempre todo o apoio, apenas com uma condição: a condição de se dirigirem aos cidadãos com proporcionalidade e, dentro dos limites da lei, respeitando as suas garantias.

A atuação que aqui teve está ao mesmo nível que a atuação dos outros, do lado contrário, que dizem que um polícia cuja atuação está em investigação devia, antes de ser investigada, merecer um louvor.

Protestos do CH.

É o mesmo populismo, em sinal contrário. Meus senhores, é uma vergonha das duas bancadas.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Há 40 anos que a esquerda governa essas câmaras!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma declaração política, em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Odair Moniz tinha 43 anos e deixou três filhos. Morreu na segunda-feira, baleado por um agente da PSP (Polícia de Segurança Pública), no bairro da Cova da Moura.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Onde já morreram quatro polícias!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é a primeira nem é a segunda pessoa a morrer desta forma, naquele como noutros bairros da periferia de Lisboa — mortes que não têm uma explicação plausível ou credível, sem consequências e sem justiça.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pode ter!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Recordamos o assassinato de Elson Sanches, *Kuku*, de 14 anos, na Amadora...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E a polícia, na Cova da Moura?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e recordamos os atos de tortura na esquadra de Alfragide,...

Protestos do CH.

... ambos encobertos com versões falsas da polícia sobre os acontecimentos. E é sob o peso desta impotência e deste menosprezo que se levantam jovens em várias periferias de Lisboa.

Ontem à noite, a casa da viúva e dos filhos de Odair Moniz foi visitada por 15 agentes da PSP.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Calem-se, pá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira! Vale mais a palavra dela do que a da PSP?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Iam armados de *shotguns* e arrombaram a porta.

Protestos do CH.

Três agentes introduziram-se na habitação e dois familiares de Odair foram agredidos.

Vozes do CH: — Mentira!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Os agentes não puderam ser identificados porque estavam encapuzados e sem as placas de identificação obrigatórias.

Protestos do CH.

Regressaram mais tarde e só recuaram ao constatarem a presença da advogada da família e de uma câmara de televisão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Da filha de um bombista também não esperava grande coisa!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não há vestígio de legalidade...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, dê-me licença por 1 segundo, por favor.

Aquilo que está a acontecer na Câmara hoje já não são apartes, que são, evidentemente, permitidos. Está-se a falar em sobreposição a uma oradora. Portanto, eu peço às bancadas que guardem o silêncio suficiente para que a oradora se faça ouvir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oradora?! Devia ser proibido o que está a dizer, é um ataque ao Estado de direito!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Os Srs. Deputados têm pedidos de esclarecimento, se os quiserem fazer, à vossa disposição e têm também as declarações políticas das vossas bancadas. Portanto, por favor, durante a intervenção dos oradores, deixem-nos prosseguir.

Aplausos do PS, do BE, do PCP, do L, do PAN e de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que vergonha!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não há vestígio de legalidade nesta atuação da polícia. Não há mandado judicial, não há motivo, não há identificação dos agentes. É uma atuação contra a ordem pública, contra a segurança das pessoas, uma atuação que funciona como uma provocação, que alimenta uma escalada de ressentimento e violência, que esvazia as palavras de lamento que a PSP incluiu no seu primeiro comunicado.

Srs. Deputados, não foi ainda concluído qualquer inquérito, e o agente que matou Odair Moniz foi constituído arguido. Perante esta situação, há três atitudes possíveis.

A primeira é a atitude incendiária,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a do Bloco!

Vozes do CH e da IL: — Foi o que vocês fizeram!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... é o discurso de quem exige a condecoração do agente arguido.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Incendiários são vocês! Vergonha!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Morreu um cidadão negro? Saia uma medalha para quem o matou.

Protestos do CH.

Não importa a investigação, não importa a culpa, não importam os factos. Só importa o ódio e importa o insulto racista contra uma comunidade inteira.

Protestos do CH.

São negros? São bandidos. São de bairros pobres, são da Cova da Moura, são da Damaia, são do Zambujal? São bandidos. É esta a atitude incendiária.

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Eu não sou bandido!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se fôssemos nós a dizer que era negro, como é que reagia o Plenário?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não se calam! Respeitem a Câmara! Mal-educados!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Peço aos serviços que suspendam a contagem do tempo.

Srs. Deputados, têm pedidos de esclarecimento para fazer no final à oradora, se assim entenderem. Volto a pedir que criem condições para que se faça ouvir a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Filha de um bombista e racista!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A segunda atitude é a da indiferença. É a atitude do Governo. Aconteça o que acontecer, faça a polícia o que fizer, morra quem morrer, o Governo afirma confiança, sem hesitar, na versão policial. Daqui recorro ao Governo: a lei atribui às forças policiais o monopólio do uso da força e das armas, mas essa força responde a um mandato democrático, exercido por um órgão de soberania. E é em nome de todos os cidadãos e da República que as polícias devem atuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Têm de tirar as armas à polícia, como já propuseram aqui?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A atitude de indiferença perante o abuso da força e perante a revolta é uma forma de abandono, e estão à vista os resultados de anos e anos desse abandono das populações mais pobres e sem acesso à justiça.

Existe o abandono também das forças policiais. Nestas zonas onde não se investe em escola de qualidade, em serviços sociais fortes, as forças policiais são deixadas como a única presença visível do Estado e, em contrapartida, todos os abusos de poder são apagados, encobertos, e ficam, muitas vezes, impunes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Um autocarro de uma empresa pública foi queimado!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sobre nada disto se ouve o Governo. O ódio alimenta o ciclo da violência, mas a indiferença nada faz para travar esse ciclo.

A terceira atitude possível é a única compatível com a República democrática: a da igualdade perante a lei, que tem de valer para todos. Esta é a atitude do País que se constrói, tratando como iguais pessoas que a vida colocou em lugares diferentes. Vamos regressar sempre a essa questão, porque o racismo existe e as instituições refletem-no e praticam-no.

É por isso que Portugal é, sistematicamente, apontado como o recordista nos casos de violência policial discriminatória por organizações como o comité antitortura do Conselho da Europa.

O Estado tem de ser ativo no combate ao racismo e ao racismo das instituições. Em vez disso, o que vemos é a intensificação de respostas repressivas aos problemas das periferias empobrecidas das grandes cidades.

Protestos do CH.

As zonas urbanas sensíveis de que agora se ocupam os noticiários são definidas pelas autoridades em função da sua composição étnico-racial. A lei define meios próprios e procedimentos especiais para uma intervenção policial nessas zonas, ou seja, cria um estado de exceção permanente e localizado que legitima e promove práticas discriminatórias, práticas que estão na base de abusos e de mortes, como a de Odair Moniz, de 43 anos, com três filhos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nestes bairros esquecidos, o Estado só entra de *shotgun* e capuz,...

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque será?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... revista antes de perguntar o nome, arromba antes de tocar à campainha e dispara sem que seja necessário.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que é isto?! Que generalização é esta?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa abordagem falhou! Falhou aos moradores, falhou à polícia, falhou à democracia, falhou a Portugal. E o resultado está à vista.

Os incêndios apagam-se...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À bomba!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... com justiça e igualdade, que são as regras da nossa República.

Aplausos do BE.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa regista cinco pedidos de esclarecimento à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Por favor, indique-nos como é que pretende responder.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Num grupo de três e depois dois, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito bem, Sr.^a Deputada.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a Sr.^a Deputada critica frequentemente o Chega pelo seu populismo e discurso maniqueísta, que põe uns contra os outros.

Pergunto-lhe: não considera que aquilo que o Bloco de Esquerda está a fazer com este caso em concreto e com as declarações que acabou de fazer ali de cima, da tribuna, é exatamente o mesmo que o Chega faz...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro! Tal e qual!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e que, inclusivamente, se pode retirar, das suas palavras, nada mais nada menos do que incentivo à violência?

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Irineu Diniz era agente da PSP e tinha 33 anos quando foi assassinado com 22 tiros na Cova da Moura.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Foi emboscado por traficantes e abatido a sangue-frio.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E então?

Vozes do CH: — E então?!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — E então, Sr.^a Deputada?! Já chego à pergunta. Tenha calma!

Dois autocarros da Carris foram incendiados nas últimas duas noites na Cova da Moura; polícias foram emboscados; carros foram danificados e vandalizados; as pessoas têm medo de sair à rua.

O que é que o Bloco de Esquerda tem a dizer sobre isso?

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse nem uma palavra!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Será que tem a dizer alguma coisa? Ou é só para defender os bandidos que tem voz neste Parlamento?

Fica a pergunta!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre, dispondo de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, em primeiro lugar, quero manifestar a minha solidariedade para consigo, atendendo à maneira como parte do Plenário tratou a sua intervenção, com interrupções frequentes, não tendo sido respeitada.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chora um bocadinho!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Esta questão não é tão simples quanto tirar o Estado de onde quer que seja, porque o que precisamos é de mais Estado na educação, de mais Estado na saúde, de mais Estado de proximidade e também de mais policiamento de proximidade — um policiamento não securitário...

Protestos do CH.

... mas de comunidade, o que implica formação em direitos humanos, incluindo em antirracismo, nas nossas forças de segurança, que representam o Estado.

Falou-se de proporcionalidade e da falta de proporcionalidade, e é exatamente disso que estamos a falar. É a falta de proporcionalidade sistemática que justifica os tumultos tão grandes a que estamos a assistir, porque são dezenas de anos de falta de proporcionalidade sistemática.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não há justificação!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não há nada que justifique!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, do que é que precisamos para resolver os problemas e para não incendiar ainda mais este debate?

Protestos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Do que é que precisamos?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Precisamos de nos focar nos direitos humanos, no antirracismo e, sobretudo, de acompanhar...

Protestos do CH e da IL.

Vozes do CH: — Respeito!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, dê-me um segundo, por favor.

Peço às bancadas que controlem o nível de ruído que estão a fazer. Não é possível ouvir os oradores nestas condições. E, se outras razões relevantes não existissem, nós temos as bancadas cheias de crianças e jovens, Srs. Deputados.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN.

Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

De facto, nós precisamos de mais Estado e, sobretudo, de mais Estado de proximidade, pois é por aí que conseguiremos resolver este problema de discriminação sistemática.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas o que é uma polícia não securitária?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sabemos que a polícia faz parte do Estado e, portanto, precisamos de fortalecer a polícia, no sentido de ela ser uma polícia de comunidade, porque isso é que faz toda a diferença. Gostava de ouvir a Sr.^a Deputada sobre isto.

Aplausos do L.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então não é o Mamadou que vai responder?! Devia ser!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 3 minutos.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, vou tentar responder às questões que foram colocadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não consegue!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A lei é igual para todas e para todos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, para o teu pai não foi! Bombista!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e nós somos contra todos os crimes. Qualquer assassinato tem de ser julgado e condenado, e nós defendemos isso para toda a gente; o que não defendemos é que, quando essa morte é causada por alguém de farda, essa pessoa seja condecorada em vez de ser julgada, porque a lei tem de ser igual para todos.

Aplausos do BE.

A polícia precisa de ser respeitada como um exemplo de cumprimento da lei, de serviço às populações.

Banalizar a impunidade da violência policial, banalizar a violência apenas para instrumentalizar a polícia, como fazem partidos aqui presentes, é o pior serviço que se pode prestar à solução destes problemas e também à polícia e ao bom nome da polícia.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês não respeitam a autoridade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Os Srs. Deputados perceberam o que é que se passou aqui, durante a intervenção do Deputado Fabian Figueiredo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós respeitamos a autoridade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Perceberam? O Deputado Fabian Figueiredo não adjetivou ninguém, não acusou ninguém de nada.

Risos e protestos do CH.

Vozes do CH: — Ah, pois não!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Deputado Fabian Figueiredo elencou um número de situações provadas em que houve assassinatos, violência e tortura comprovada por forças policiais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentira!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Os Srs. Deputados acham que nós vamos respeitar mais as forças policiais, se encobrirmos os crimes e os abusos que se passam dentro das forças policiais? É assim que nós respeitamos a democracia, as forças policiais?!

Aplausos do BE.

Eu tenho muito mais respeito pela polícia do que isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês não respeitam a polícia! Não respeitam nada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o meu respeito pelas forças policiais, como por toda a gente, leva-me a dizer a verdade,...

Protestos do CH.

... a verdade sobre a polícia, porque eu sei que estes casos não representam todos os polícias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês odeiam a polícia!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso, é preciso defender o bom nome da polícia contra os atos que são cometidos, em vez de serem ocultados e escondidos, como defendem os Srs. Deputados.

Uma outra verdade: o racismo existe e é por isso que os cidadãos negros e as pessoas racializadas são mais alvos desta violência do que quaisquer outros — isso é estatístico.

Protestos do CH.

Se os Srs. Deputados não gostam, é porque não conhecem o País que têm.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos prosseguir com os pedidos de esclarecimento à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, da parte do PSD, não temos dúvidas, após ouvir este debate: o nosso lugar é no centro, é na moderação; não é claramente nos extremos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nos extremos da esquerda!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — O que ouvimos neste Parlamento, por parte do Bloco de Esquerda, foi um discurso maniqueísta, que coloca os bons de um lado e os maus do outro, e, desta feita, os bons são aqueles que vivem nos bairros pobres e os maus são os agentes da autoridade. Não é assim que construímos uma sociedade mais justa e mais equilibrada, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Deputada, ainda que de forma subliminar, dá a entender que este triste episódio foi provocado, eventualmente, pela classe social daquele cidadão ou, eventualmente, por uma questão de racismo.

Não é assim, Sr.^a Deputada, que se resolvem os problemas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Nós temos de ter confiança nas nossas forças de segurança, mas não confundimos a árvore com a floresta.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Se há alguém que erra, deve ser-lhe instaurado um inquérito e devem ser aplicadas as devidas penas. Mas, se alguém faz o seu serviço, deve ser saudado por isso.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Nos bairros pobres há gente séria e há gente que pratica crimes; nos bairros ricos há gente séria e há gente que pratica crimes, mas são todos cidadãos. Não podemos fazer uma divisão entre nós e eles, entre os bons e os maus.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — O PSD garante aos portugueses: aqui têm um referencial ao centro, têm um referencial de moderação. Investiga-se quando são praticados crimes; saúda-se quando o trabalho é bem feito!

Deixe-me que diga uma coisa, Sr.^a Deputada: falar de abusos da polícia num caso que ainda está a ser investigado é um abuso por parte do Bloco de Esquerda.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, acho que há poucas coisas de que podemos ter a certeza neste debate duro e, neste momento, difícil para o País, mas uma coisa é certa: neste momento, a luta pela democracia é, em primeiro lugar, uma luta pela empatia e pela capacidade de compreender o outro.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Eu acho que isso tem falhado muito na Câmara, nas intervenções que temos ouvido, no pouco deste debate que temos vindo a desenvolver até ao momento.

Temos de ter a capacidade de compreender o drama das famílias que ontem foram para a cama sem saber se conseguiam deitar-se, sem saber se as suas viaturas iam ser incendiadas. Temos de perceber a situação dos agentes das forças de segurança convocados a arriscar a sua vida e a sua integridade física...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... em bairros que, muitas vezes, não conhecem e em bairros, obviamente, onde estão desenraizados e não conhecem a realidade social.

Mas também não podemos, neste debate, fazer de conta que não existem problemas relacionados com o racismo, com o abuso de violência, que também devem ser encarados sem dificuldade, olhando para eles, olhos nos olhos, e não fazendo de conta que o local é a colocação dentro das trincheiras de uns e de outros.

Por isso, acho que é fundamental não cairmos no erro das generalizações, e isto vale para todos.

Sr.^a Deputada, é verdade que o Estado falha em muitos locais, mas não é inteiramente verdade que o Estado só entra em muitos destes bairros com o capuz e com a arma na mão.

Vozes da IL e do CDS-PP: — Claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Em muitas situações, temos bons exemplos de policiamento comunitário e de construção das comunidades em conjunto com as associações de moradores. Aliás, essas foram das melhores intervenções que temos ouvido nestes dias: o Presidente da Associação de Moradores apelou à calma, a todos; autarcas do território, que conhecem aqueles bairros com a palma da mão, dizem, precisamente, que as pessoas se devem acalmar.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Autarcas incompetentes!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Por isso, a pergunta que lhe deixo tem a ver com esta construção, em que podemos tentar deixar de lado aquelas coisas que nos dividem, perante uma evidência tão grande. Nós não queríamos estas imagens dos nossos bairros, das nossas cidades, como víamos noutros países, enquanto nos orgulhávamos de ser um País seguro.

Sim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, somos dos países mais seguros do mundo, e aqueles que tentam convencer os portugueses do contrário estão a prestar um mau serviço à democracia,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... estão a prestar um mau serviço às forças de segurança, aos polícias que arriscam a vida todos os dias.

Aplausos do PS.

A melhor honra que lhes podemos prestar é reconhecer que o trabalho deles acaba na segurança de todos. Olho para VV. Ex.^{as}, porque são VV. Ex.^{as} que instrumentalizam este debate, tentando criar equivalências onde elas não existem.

Protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

É assim que temos visto, desde que o discurso do ódio entrou no discurso político.

Continuação de protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Portanto, com calma, com moderação e procurando as boas respostas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Tem 3 minutos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Pausa.

Para além dos dramas que elencou aqui, que são todos dramas reais e situações para as quais temos sempre de olhar, há também o drama de três crianças que ficaram sem pai há dois dias.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Se o pai se portasse bem...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa morte deve-nos fazer refletir.

O Sr. Deputado do PSD sabe, como eu sei, porque é relator do relatório da Provedoria de Justiça, que Portugal se depara com problemas de racismo e discriminação, com crimes de ódio, que, aliás, estão a aumentar.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É verdade!

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esses crimes são legitimados por discursos incendiários, como aquele da bancada do Chega, que promove e banaliza este tipo de violência.

Protestos de Deputados do CH.

Escondermos a discriminação, escondermos o racismo, não vai ajudar a resolver os problemas. Vai antes acentuar o abandono, a sensação de desproteção, e isso não vai resolver nenhum problema na sociedade portuguesa. Tanto não vai, que não resolveu mesmo, e assim aqui chegámos.

Portanto, alguma coisa é preciso fazer de diferente, porque as políticas, até agora, levaram ao abandono das populações daqueles bairros e ao abandono das forças de segurança,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vocês é que estão a abandonar as forças de segurança! Estão a pôr-lhes um alvo na testa!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... que são as únicas a lá estar, quando o Estado devia estar presente de outras formas.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Portanto, é bom colocarmos as coisas nos seus devidos lugares.

O Sr. Deputado diz que há dois extremos. Bom, pode-lhe chamar «dois extremos». Quando há uma bancada do Sr. Deputado André Ventura e 49 incendiários, que acham que o abuso...

Protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Digo isto em sentido figurativo!

Continuação de protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada, se não queremos incendiar o debate, talvez seja preferível não usar a palavra «incendiário».

Mas faça o favor de prosseguir.

Continuação de protestos do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, foi em sentido meramente figurativo.

Continuação de protestos do CH.

Foi em sentido meramente figurativo.

Há uma bancada que acha que, quando o abuso é da polícia, a polícia deve ser condecorado, e há um outro extremo, em que posso dizer que o Bloco de Esquerda está, que acha que a lei é para cumprir, independentemente das circunstâncias, e vale para todos por igual, porque é assim que defendemos a polícia, os moradores e a democracia.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Assumindo que há um problema de racismo e de violência policial — porque os relatórios que dizem que Portugal é o País mais pacífico do mundo são os mesmos que dizem que Portugal é dos países com mais violência policial, e os lados não batem certo —,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... alguma coisa aqui merece uma intervenção. Por favor, Srs. Deputados, não acusem a bancada que traz o problema e que se atreve a falar, quando toda a gente o quer calar.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O quê?! Mas nós falámos e eles vão falar!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso, Srs. Deputados, estamos aqui, porque achamos que a lei deve ser igual para todos e vale para todos.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Parece um bom momento para anunciar à Câmara que temos nas galerias, a assistir aos nossos trabalhos, um grupo de 98 alunos e professores da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, da Mealhada, um grupo de 75 alunos e professores da Escola Secundária de Mem Martins e um grupo de 152 alunos e professores do Colégio de Nossa Senhora do Alto, em Faro.

Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.

Bem-vindos.

Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

Pausa.

Sr. Deputado, vamos só esperar uns segundos para tentar estabilizar a sala.

Agradeço às Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão em movimento que, por favor, tomem os seus lugares, para podermos prosseguir com as declarações políticas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Com a pompa e circunstância que vem sendo habitual quando se trata de fazer anúncios, o Governo anunciou um Plano de Ação para a Comunicação Social que é um plano de ataque ao serviço público de rádio e de televisão feito à medida dos interesses dos operadores privados de televisão.

A anunciada eliminação da publicidade comercial na RTP (Rádio e Televisão de Portugal) nos próximos três anos implicará uma perda de receitas estimada em 38 milhões de euros, sem que se preveja qualquer reforço do financiamento público capaz de colmatar o prejuízo financeiro decorrente dessa decisão para a prestação do serviço público de rádio e de televisão.

Para além disso, o plano de reorganização também anunciado prevê a saída de 250 trabalhadores, com a entrada de um novo trabalhador por cada dois que saíam, o que implicará a redução dos trabalhadores da empresa e um encargo financeiro na ordem dos 19,9 milhões de euros em indemnizações.

Quando os fenómenos negativos que afetam o setor da comunicação social — como a perda de credibilidade dos órgãos de comunicação, a precarização profissional dos jornalistas, a degradação e aviltamento da programação televisiva, a proliferação de notícias falsas ou a criação de mecanismos censórios — reclamam o fortalecimento de serviços públicos de comunicação social de referência, o Governo do PSD/CDS pretende fazer exatamente o contrário. Em vez de apostar no fortalecimento do serviço público de rádio e televisão, aposta na sua desvalorização, em violação direta e frontal da Constituição.

Em vão procuraremos no documento apresentado pelo Governo um argumento válido para justificar as medidas anunciadas contra a RTP. Não haverá nenhum. E tanto assim é, que o Governo apresenta as suas medidas com um rótulo que não corresponde ao conteúdo. Anuncia pretender modernizar a RTP e salvaguardar o papel e a missão de serviço público que a RTP desempenha, mas as medidas concretas que apresenta vão exatamente em sentido contrário. O rótulo anuncia um vinho de qualidade, mas dentro da garrafa vem uma zurrapa intragável.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Exatamente!

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A sanha dos Governos do PSD/CDS para desvalorizar a RTP, enquanto prestadora do serviço público de rádio e televisão, já vem de longe. Basta lembrar a retirada da rede de emissores à RTP para viabilizar as televisões privadas, a eliminação da taxa de televisão, o fim das indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público ou a ideia peregrina de acabar com a RTP2.

A tudo isso, a RTP foi resistindo, com o apoio de uma opinião pública que sempre foi capaz de se mobilizar e impedir as ofensivas destrutivas de que a RTP foi alvo por parte de Governos inimigos do serviço público. E mesmo sem indemnizações compensatórias, vivendo de receitas publicitárias já limitadas por decisão política e de uma contribuição audiovisual que substituiu a antiga taxa de radiodifusão e que se mantém inalterada desde 2016, a RTP apresenta, desde há vários anos, resultados financeiros positivos e assegura oito canais de televisão, sete canais de rádio, a plataforma RTP Play, de acesso gratuito, canais de rádio temáticos *online*, uma forte e qualificada aposta na ficção televisiva nacional e uma forte presença nas redes sociais.

Na rádio e na televisão, a RTP assegura uma cobertura territorial e uma pluralidade temática que constituem um fator único de ligação à comunidade nacional na sua diversidade e uma programação de referência que nenhum operador privado está em condições de assegurar.

Em defesa da eliminação da publicidade comercial, não nos venham argumentar com exemplos de outros países, porque então teremos de comparar a ausência de financiamento público direto da RTP com os mais de mil milhões de euros de financiamento direto da televisão pública espanhola ou com os 6,7 mil milhões de libras das licenças recebidas pela BBC (British Broadcasting Corporation), a que acrescem 90 milhões de libras de financiamento público direto.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Boa é a televisão na Coreia!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Este anúncio do Governo para a RTP não se sustenta em nenhum argumento válido em sua defesa, e o seu propósito é evidente: favorecer as televisões privadas, à custa da degradação do serviço prestado pela RTP. É uma evidência que as receitas de publicidade perdidas pela RTP podem não cair diretamente no regaço das televisões privadas, nem as próprias esperam isso. O que esperam é ganhar influência, audiências e receitas na proporção inversa da influência das audiências e das receitas que a RTP possa perder.

O ataque desferido pelo Governo contra a RTP exige um sobressalto cívico em defesa do serviço público de rádio e de televisão como elemento fundamental para combater a crise instalada no setor da comunicação social. Tal como aconteceu em momentos anteriores, esta ofensiva pode e deve ser travada.

O PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance para defender o serviço público de rádio e televisão e para que esta Assembleia da República assuma todas as suas responsabilidades políticas e legislativas para travar mais esta ofensiva do Governo do PSD/CDS contra a RTP e o serviço público de televisão.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem sete pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Uau!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Como pretende responder?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó, António, um a um, à antiga!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Primeiro a quatro e depois a três, Sr.^a Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, se fosse o Álvaro Cunhal, respondia um a um!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Costa, do Grupo Parlamentar do PS. Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **José Costa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começaria por agradecer ao PCP e ao Sr. Deputado António Filipe por nos trazer este tema, em relação ao qual subsistem muitas dúvidas e inquietações, a começar por esta proposta que, a ser apresentada num plano de ação para os média, deveria ser uma alavanca para toda a comunicação social, mas que se traduz, por aquilo que pudemos verificar, num plano de descapitalização e definhamento da RTP, ao longo dos anos. Portanto, a ser aplicado, iria torná-la numa RTP pequenina, que correria o risco de se tornar insignificante. Há quem lhe chame mesmo «voltarmos à RTP a preto e branco».

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Foi por isso que ouvimos o Conselho de Opinião, o Conselho Geral Independente e o Conselho de Administração da RTP, e todos foram unânimes em relação ao erro que esta medida irá representar e aos riscos que terá para a RTP na sua missão, que é a de assegurar a prestação de serviço público.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Vai levar uma coroa de flores para a RTP!

O Sr. **José Costa** (PS): — É preciso dizer que esta questão do serviço público da televisão é também um dos pilares da nossa democracia, porque está em causa a pluralidade das opiniões e a diversidade do espectro político nacional.

Mas não só: anteriores ministros do PSD, como Morais Sarmiento, Rui Rio ou Poiães Maduro, vieram mesmo consubstanciar esta preocupação, dizendo mesmo que bom, bom, era mesmo que o PSD retirasse essa proposta.

De facto, da parte do PS, hoje como no passado, continuaremos a defender que o serviço público da RTP garante — e que só pode ser feito numa rádio e televisão pública...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não, não pode!

O Sr. **José Costa** (PS): — ... com um modelo que o garanta — esse serviço de futuro.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

O PS entende que o financiamento público deve obedecer a princípios de estabilidade, previsibilidade, proporcionalidade, rigor e transparência e não é isto que transparece nos documentos que estão em causa no plano de ação. É um documento singelo onde meramente se retira o valor da publicidade, mas não aparece nenhuma proposta, nenhum plano de financiamento, nenhum plano orçamental para substituir esta mudança.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o outro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Grupo Parlamentar do Chega. Tem 2 minutos, Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, vamos sintonizar agora, por uns instantes, o canal RTP Memória e vamos fazer aqui uma pequena viagem ao passado.

Em 2015, o Partido Socialista perdeu as eleições e usurpou o poder com o apoio do PCP e do Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

Protestos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PS.

A esse golpe de Estado deu-se o nome de geringonça, que governou entre 2015 e 2019.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Ventura estava no PSD!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Durante esses quatro anos, o PCP teve o poder para influenciar, teve a oportunidade para influenciar o Governo para que levasse a cabo políticas públicas que modernizassem a RTP,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... que defendessem os trabalhadores, que defendessem o serviço público que a RTP presta — e que é muito importante, especialmente para as comunidades, para a diáspora portuguesa, espalhada por todo o mundo —, e não o fez.

Pelos vistos, para o PCP, defender os trabalhadores e defender os postos de trabalho resume-se, apenas, a controlar os sindicatos e controlar as comissões de trabalhadores, mas isso não serve os interesses dos trabalhadores.

Aplausos do CH.

Portanto, chegados aqui, em que o contrato de concessão deveria ter sido revisto em 2019, na altura da geringonça, e não foi, e o PCP podia ter instigado o Governo a fazê-lo e não o fez, pergunto porque é que o PCP, tendo essa oportunidade nas mãos, não o fez...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não fez o quê?!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... e se deixou ir na onda do PS, dizendo que defende os trabalhadores sem, no entanto, os defender — nem os trabalhadores nem o serviço público.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Andreia Bernardo. Tem 2 minutos, Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o setor da comunicação social enfrenta uma crise sem precedentes, uma situação grave que se arrasta há anos, e os anteriores Governos do Partido Socialista nada fizeram,...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Mas sabem que o setor da comunicação não estava nada mal!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... ao contrário do atual Governo que, tal como já aconteceu com muitos governos — e, repito, com muito orgulho —, mostrou vontade, trabalho, capacidade, mas, acima de tudo, coragem — coragem! —, olhou para estes problemas e apresentou soluções.

Este plano de ação para os *media* apresenta 30 medidas,...

A oradora exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... 30 medidas que visam reduzir efeitos desta longa crise dos meios de comunicação social.

Srs. Deputados, um dos eixos deste plano visa mesmo o serviço público concessionado, sem qualquer ataque ao serviço público da rádio e televisão. Muito pelo contrário, o Governo quer contribuir para a construção de uma RTP de futuro, mais moderna e mais digital,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... e compromete-se a renovar o contrato de concessão — que os senhores, após muitas promessas, muitos livros brancos,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E tiveram tempo!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... nunca tiveram tempo; passados oito anos, nada —,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Oito anos não chegaram!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Oito anos no poder! Esqueceram-se!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Zero!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — ... tornando, assim, a RTP flexível. Uma RTP próxima das expectativas e do público de hoje, próxima, especialmente, do público de amanhã — inovando nas delegações de que tanto falamos e com as quais estamos preocupados — e, acima de tudo, próxima dos portugueses.

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

O objetivo do Governo é salvaguardar a missão do serviço público da RTP, sem plano de despedimentos, sem plano de financiamento e qualquer corte — sem qualquer corte — ou intenção de privatização da RTP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sem qualquer corte!

A Sr.^a **Andreia Bernardo** (PSD): — Srs. Deputados, custa-nos muito entender que o PCP, o grande defensor da cultura, o guardião dos profissionais da cultura, não considere esta medida positiva, uma vez que vai dar mais espaços à promoção e aos eventos. Não acha, então, esta medida positiva?

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

A RTP é de todos, não é da esquerda, é dos portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Filipe, ainda há pouco a Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Chega, ao iniciar a sua intervenção, mencionava a RTP Memória.

É um lugar-comum aqui do nosso Parlamento — não só em debates como este, mas em todo o tipo de debates — mencionar a RTP Memória, o que, desde logo, nos demonstra uma coisa: que a marca da RTP, e a marca da RTP como sendo muito mais do que apenas o seu primeiro canal, é algo que toda a gente conhece, porque entra na linguagem comum.

De facto, este debate tem — e aí dou-lhe razão — um certo cheiro a RTP Memória, porque se fala de cortes, e fala-se de cortes num serviço público. E, fala-se de cortes num serviço público num momento orçamental do País que não é o mesmo que era há 10 ou 15 anos, e com um Governo que vem de um partido que dizia que uma coisa que iria fazer — ou a principal coisa que iria fazer — era utilizar este excedente para reforçar serviços públicos — e...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... em alguns dizem que ou estão a concluir ou concluirão acordos para fazer isso.

Portanto, acho que a primeira pergunta que nos temos a fazer é: porquê a RTP? Porquê exclusivamente a RTP? Porquê este foco no serviço público de rádio e de televisão?

Gostaria de ouvir qual é a sua interpretação do facto de, num período em que nunca se ouve o Governo falar de cortes ou de restrições orçamentais, no caso da RTP, ter de haver uma diminuição de recursos.

Mas, a pergunta pode ir mais longe. Sabemos todos que estamos a viver um momento de crise do jornalismo. Um momento de crise do jornalismo que reforça e acentua a crise na democracia e no Estado de direito,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Nem acredito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em termos de combate à desinformação, quando vemos que, noutras partes do mundo, há um investimento grande na desinformação e que os canais públicos são uma forma de combate a essa desinformação, porquê agora retirar recursos à RTP?

Protestos dos Deputados do PSD Alexandre Poço e Carlos Reis.

Porque não agora, pelo contrário, fazer um esforço de dar mais à RTP, de achar mais, e não menos, fontes de financiamento?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Está lá! Está lá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porquê retirar um dos pilares do financiamento da RTP, provavelmente garantindo que, assim, os outros caem e, porque não, acrescentar novos pilares de financiamento da RTP?

Sr. Deputado, gostaria de ouvir as suas respostas a estas perguntas.

Aplausos do L e da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, que dispõe de 3 minutos.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Maria Costa fez muito bem em lembrar as palavras do Dr. Morais Sarmento quando disse que isto era um regresso à televisão a preto e branco.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Porquê? Porque o Dr. Morais Sarmento, de facto, aprendeu com a vida. É que ele, quando foi ministro, também teve um plano mirabolante, que era passar a RTP 2 para a sociedade civil, fosse isso o que fosse.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Para o Comité Central era melhor!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas, depressa arrepiou caminho, percebeu que não era esse o caminho e que houve uma grande mobilização cívica para defender a RTP e o canal 2 da RTP. Portanto, aprendeu com a vida. Agora está ele a criticar mais esta nova ideia para a RTP que, de facto, não faz sentido nenhum.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho e Sr.^a Deputada Andreia Bernardo, há algo de ilógico nos vossos pedidos de esclarecimento — peço imensa desculpa —, porque dá a ideia de que a RTP está muito mal.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Não disse que estava mal!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A Sr.^a Deputada falou de 2016. Sr.^a Deputada, o que aconteceu em 2016 foi porque não se aumentou a contribuição audiovisual para não penalizar as famílias.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Pôs os contribuintes a pagar mais!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E a RTP tem dado resultados positivos. E mais! Até houve uma integração de precários a seguir a 2015, está a ver? Portanto, não estamos aqui a criticar a situação em que está a RTP, estamos a criticar é o que o Governo quer fazer à RTP. Não nos estamos a queixar.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Ah!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É evidente que podia ter havido mais investimento público na RTP, podia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o que é que houve?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Do nosso ponto de vista, podia. Não houve, mas, em todo o caso, não se oneraram os contribuintes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então e porque é que vão pagar mais?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... com o aumento da contribuição audiovisual, os resultados financeiros são positivos, e a RTP, até designadamente no plano da ficção televisiva, tem dado um contributo muito interessante para a cultura e para a ficção televisiva nacional.

Agora, é preciso não estragar aquilo que há.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E o que aí vem com o anúncio do Governo é, efetivamente, estragar.

A Sr.^a Deputada refere que o que o Governo pretende é um futuro risonho para a RTP. Não estamos a ver como. Então, se se vão reduzir 38 milhões de euros à RTP em receitas de publicidade, se se vão reduzir os trabalhadores da RTP, que futuro é esse?

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

Quer dizer, se este projeto for por diante, é caso para dizer que a RTP vai ter um grande passado à sua frente e é isso, efetivamente, que não queremos que aconteça.

Sr. Deputado Rui Tavares, entendemos que deve ser, efetivamente, valorizado o serviço público de comunicação social, o serviço público de rádio e de televisão, como uma referência fundamental num quadro em que o setor da comunicação social apresenta sinais profundos de degradação.

A forma de resistir a isso é, efetivamente, garantir um forte serviço público de referência, a bem da democracia e da sociedade portuguesa.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o grupo seguinte de pedidos de esclarecimento, tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, Caro Deputado António Filipe, depois de sexta-feira termos estado, durante 1 hora e meia, numa entrevista, a concordar imenso,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... vamos então discordar.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. Deputado trouxe-nos um tema, sobre o qual não lhe vou fazer perguntas, que é o tema da RTP.

Não lhe vou fazer perguntas, porque aqui não vamos estar de acordo. Como sabe, a Iniciativa Liberal acha que a RTP deve ser privatizada e os senhores acham que deve ser pública. Portanto, não vale a pena aqui debatermos se é só a RTP 1 que é privatizada, se é tudo, se são só as rádios, se o serviço público poderia ser contratualizado, não vale a pena, porque vamos discordar completamente nesse debate.

Falou da RTP pegando, apenas, na questão de a publicidade deixar de estar na RTP. Há uma parte em que concordo: de facto, quem ficou muito contente com a retirada da publicidade da RTP foram os privados, isso é óbvio. Onde é que nos separamos? É que o senhor está preocupado com 9 % da receita da RTP e eu estou mais preocupado com 80 %, que é pago por todos os portugueses que consomem, ou não, a RTP, a contribuição audiovisual.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Esta questão da RTP, e estamos a falar de 8 % a 9 % das receitas da RTP, é a dimensão do escândalo de que estamos a falar.

Portanto, como aqui não vamos estar de acordo, mas o senhor também não deixou de falar do tal famoso plano do Governo,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É um bom plano!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... vou-lhe fazer duas perguntas sobre coisas que não estão no plano, porque o plano não faz nenhuma reforma.

Porque não abrir a TDT, a Televisão Digital Terrestre, a todos os operadores? É que ainda há muitas pessoas que só consomem televisão através da TDT, os «portugueses esquecidos», e não nos podemos esquecer desses, que podiam ter acesso a mais canais e deixar o mercado funcionar na TDT, que é aquilo que não acontece.

Em segundo lugar, e porque muita gente gosta de falar da defesa dos jornalistas, há uma medida muito importante para defender diretamente os jornalistas. Já que não se pode extinguir a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) devido a questões constitucionais, pode-se, por exemplo, acabar com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, integrar algumas das suas competências na ERC e acabar, por exemplo, com algo que é obrigatório,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

... os emolumentos, o valor, que os jornalistas pagam — os jornalistas, que também sofrem com a crise económica, têm de pagar um valor absurdo.

Portanto, ficam aqui estas duas questões.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Tem 2 minutos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, agradeço também ao Sr. Deputado António Filipe, do PCP, por nos trazer este tema da maior relevância aqui a debate, no âmbito das declarações políticas.

Para o PAN, a defesa do serviço público de televisão e da radiodifusão é absolutamente fundamental por diferentes ordens de razões, seja pelo papel que tem para a democracia, seja pela ligação que tem com as comunidades de língua portuguesa, e que mais nenhuma outra estação consegue cumprir — com todo o respeito e relevância que têm, evidentemente, já que todos concorrem para o nosso serviço e para o Estado de direito democrático.

No entanto, é com muita incompreensão que olhamos para este plano de ação apresentado pelo Governo da Aliança Democrática, em que, efetivamente, olhamos para uma empresa, como já teve a oportunidade de referir, que está saudável, que tem as contas equilibradas, e se vem descapitalizar a mesma, de alguma forma, fazendo um favor aos privados e não dando resposta, acima de tudo, à crise que existe, neste momento, no setor.

Por isso, pergunto-lhe se, a este tempo, não deveríamos estar, sim, a discutir antes medidas robustas de apoio ao setor da comunicação social, nomeadamente a diversidade das fontes de financiamento ou a chamada «taxa Google», que ainda recentemente tivemos a oportunidade de discutir aqui, neste Plenário. Isto para que, por exemplo, os motores de busca possam também contribuir para o financiamento dos órgãos de comunicação social e para quem cria as notícias, garantindo, assim, uma maior equidade e uma maior redistribuição, até, dos próprios lucros, tendo em conta que estas plataformas têm hoje lucros, mas quem cria os conteúdos acaba por não beneficiar dos mesmos.

Pergunto se não deveria este Governo, sim, colocar o seu foco de ação noutras medidas e não em atacar o serviço público, que é absolutamente essencial para garantir a diversidade da informação, a sua independência e a pluralidade, e para não a deixar condicionada, até do ponto de vista ideológico ou político, como vemos, infelizmente, que continua a acontecer com alguns setores.

Por isso mesmo, deixo-lhe esta questão em relação à diversidade das fontes. E agradeço-lhe, mais uma vez, por ter trazido o tema a debate, porque temos tido dias muito marcados pelo momento que vivemos e pelo trabalho jornalístico.

Em respeito ao trabalho jornalístico, devemos, de facto, fazer um trabalho de preservação, quer quanto à RTP quer nas respostas de que os órgãos de comunicação social no nosso País precisam.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, há grandes canais públicos de televisão europeus que funcionam sem publicidade. Esses canais têm injeções massivas ou maciças de dinheiro público dos orçamentos do Estado desses países.

Não foi essa a proposta que foi feita pelo Governo. A proposta que o Governo fez foi de retirar da RTP milhões do seu orçamento, sem qualquer compensação, tendo como resultado uma de duas: ou a falência, ou a privatização por via da redução da RTP à insignificância.

Isto foi a proposta do PSD. Quem é que compreendeu esta proposta assim? Miguel Poiares Maduro. Quem é que compreendeu esta proposta assim? Morais Sarmiento, que disse que isto era reduzir a RTP a preto e branco.

Quem é que disse que não foi consultado e estava contra a proposta? O Conselho Geral Independente da RTP, que é presidido por quem? Pela, recém-eleita, Sr.^a Vice-Presidente do PSD, Maria Leonor Beleza.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Respeitinho!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Portanto, é evidente que nem no PSD esta medida é consensual.

É mais uma medida retirada sabe-se lá de onde, sem consultar ninguém, sem falar de ninguém, apenas para fazer tremer o serviço público e agradar a uma única pessoa.

Portanto, aquilo que lhe pergunto, Sr. Deputado António Filipe, é se desconfia, ou se partilha da minha desconfiança, de quem é a única pessoa que terá sido consultada sobre esta medida. Até lhe dou uma pista: fez um *post* no *Facebook* a agradecer a Luís Montenegro este anúncio.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe. Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, depois das suas palavras, importa clarificar — porque as pessoas podem pensar que já são concordâncias a mais entre o PCP e a Iniciativa Liberal — ...

Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

... que a nossa concordância na sexta-feira foi em defesa da paixão clubística de um ilustre clube lisboeta que milita honradamente na 3.^a divisão.

O Sr. Deputado referiu aqui a questão da TDT, que é muito relevante, sabe? É que quem decidiu restringir a TDT a muito poucos canais foi um Governo do Partido Socialista, na altura presidido pelo Eng.^o José Sócrates, tendo como ministro responsável o Professor Augusto Santos Silva. E decidiu restringir a TDT contra a nossa opinião e com a nossa veemente oposição.

E, assim como — e é preciso dizê-lo — as medidas que o Governo agora anuncia, do nosso ponto de vista, servem os interesses dos operadores privados, naquela altura aquela decisão serviu os interesses dos operadores de televisão por cabo.

É essa a razão pela qual a TDT está tão restrita, ao contrário do que acontece em países muito próximos de nós, nomeadamente em Espanha, onde há dezenas de canais em aberto na TDT. Em Portugal houve a opção de fechar a TDT: má, péssima opção!

Bom, o Sr. Deputado disparou contra tudo o que é público. Até contra a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

Enfim, assumamos, há aqui uma divergência. Nós pensamos que o serviço público é essencial, os senhores acham que não. Apetecia-me pedir-lhe que me desse exemplos de países, por mais liberais que sejam, que abdicem e que tenham a intenção de abdicar de um serviço público de televisão. Não estou a ver nenhum, mas se o Sr. Deputado nos quiser dar algum exemplo, enfim, esteja à sua vontade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não! Não existe!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, sim, podíamos estar a discutir o financiamento ou até a diversificação do financiamento da comunicação social, designadamente do serviço público. Mas o que estamos a discutir são os propósitos do Governo de reduzir o financiamento do serviço público de televisão e, portanto, o Governo coloca a questão exatamente ao contrário da forma como a ela devia ser colocada.

A Sr.^a Deputada Joana Mortágua referiu-se a uma única pessoa que estará de acordo com estas medidas.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Balsemão!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eu creio que se estava a referir — dir-me-á se assim não é — ao Presidente Balsemão. Eu diria que talvez haja duas pessoas. Essa pessoa que refere e o seu ilustre pai.

Risos do BE Fabian Figueiredo.

Aplausos do PCP e do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Prosseguimos, com a declaração política do Livre, para a qual dou a palavra à Sr.^a Deputada Filipa Pinto.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este domingo, sabendo já da viabilização pelo PS do Orçamento do Estado para 2025, o Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro pôde finalmente continuar o seu caminho com rédea solta.

O PSD e o CDS estão empenhados em virar o País cada vez mais à direita. Nós já sabemos a estratégia: normalizar o discurso da extrema-direita, criar polémicas e acicatar ânimos com temas consensuais, e ignorar resolver os problemas estruturais do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Consensuais?! Qual é o consenso? O PCP também está de acordo?

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — O PSD e o CDS caminham de mãos livres, cada vez mais para a direita conservadora, populista e autoritária.

Num congresso morno, o Sr. Primeiro-Ministro percebeu que para levantar a sala tinha de endurecer o discurso. Por isso, não teve qualquer pejo em fazer um favor à direita mais conservadora e radical e falar de videovigilância, centros de instalação temporária — que na realidade são de detenção para imigrantes —, e das supostas amarras ideológicas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Falemos então dessa última novela relativa à cidadania. Esta posição contraria as recomendações de várias organizações internacionais, desde logo da UNICEF (United Nations International Children's Emergency Fund) e da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), mas também da Comissão Europeia e do Conselho da Europa e até do próprio Conselho Nacional de Educação,...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... que sublinham a importância da educação para a cidadania como uma ferramenta fundamental para promover sociedades mais justas e inclusivas.

Que este debate ao menos sirva para saber de que amarras ideológicas estamos a falar e que temas não consensuais estão a dividir a sociedade. Isso ajudava ao debate democrático...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... e ajudava até o Ministro da Educação, Ciência e Inovação também.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem precisa!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Começemos pelo princípio e reiteremos a informação de que «ideologia de género» foi um termo criado pela direita ultraconservadora e por movimentos católicos nos anos 90, naquela altura direcionados à mulher e reacionários às questões de igualdade de género que consideravam atentatória ao matrimónio tal como a Igreja Católica o defendia e que, desde então, tem sido apropriado...

Protestos do CH.

... para ser usado contra tudo o que é diversidade sexual e de género, sem qualquer fundamento científico.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Bernardo Pessanha.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Para o Livre, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é essencial para dar a conhecer os princípios constitucionais que nos regem.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Falamos de direitos humanos, de combate ao racismo e à não-discriminação, de desenvolvimento sustentável, de educação ambiental, de saúde ou de igualdade de género. Falamos de literacia financeira, de participação democrática e, até, de empreendedorismo. São estas as matérias que a direita e a extrema-direita consideram que não devem constar numa disciplina de frequência obrigatória?

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Ou são aquelas matérias que ensinam as crianças e jovens a perceber o que é abuso, consentimento e prevenção de relações abusivas?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Ou até aquelas matérias em que se ensina a identificar o que é violência de género, a violência no namoro e a violência doméstica e como saber denunciar e estar à alerta aos sinais de abuso? Ou ainda aqueles temas abordados no ensino secundário sobre infeções sexualmente transmissíveis, prevenção da gravidez, saúde menstrual e a temática em que se ensina a respeitar todas as pessoas independentemente do seu género ou orientação sexual — são essas as matérias problemáticas?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem perguntado!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Será problemático alertar para os perigos da *internet*? Denunciar que há cerca de 70 000 homens em redes sociais a divulgar imagens e vídeos não consentidos de mulheres? Alertar para o acesso a pornografia e *bullying* nas redes sociais?

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há ainda o *bullying* que, de acordo com a UNESCO, é um problema que afeta desproporcionalmente os membros da comunidade escolar que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade social, nomeadamente os jovens cuja orientação sexual, identidade ou expressão de género não coincide com as normas sociais ou de género tradicionais.

Essas crianças e jovens existem, não as tentem silenciar e invisibilizar.

Aplausos do L.

Estudos recentes mostram que a população LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer e demais), representa cerca de 10 % da população, ou seja, é uma fatia representativa da população.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — São estas crianças e jovens que apresentam uma autoestima mais baixa, índices mais elevados de depressão, ansiedade generalizada, risco de suicídio e comportamentos autolesivos. Será problemático ensinar o respeito por todos e o direito de todas as pessoas a serem felizes?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Para estas crianças e jovens e até os seus encarregados de educação, as aulas de cidadania e o acompanhamento da escola são, muitas vezes, a sua tábua de salvação.

É que nem todos os pais têm formação e capacidade para acompanhar, perceber e apoiar as suas crianças e adolescentes...

Protestos do CH.

... e é função do Estado fazer esse acompanhamento a todos sem exceção. Falhar a estas pessoas é falhar aos mais desprotegidos.

A falta de empatia e, diria até, de humanidade para com este sofrimento real por parte da nossa direita é reveladora da pobreza humanitária que a caracteriza. Da extrema-direita não esperamos nada!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate falamos também do futuro que queremos enquanto País. Falamos do respeito pelo próximo, da aceitação da diferença e da compreensão do mundo que nos rodeia. Falamos de discriminação, de saúde, de participação cidadã e democrática.

No Livre não acreditamos num futuro agarrado ao passado, onde impera a intolerância e a desinformação. É nesse...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual era a frase final? Não se ouviu!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Pelos direitos humanos. Sempre!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem sete pedidos de esclarecimento.

Vamos aguardar que a Sr.^a Deputada chegue ao seu lugar e informe a Mesa de como pretende responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É um a um!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Responderei em duas vezes, Sr.^a Presidente. A quatro primeiro e a três depois.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certamente, Sr.^a Deputada.

O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.^a Deputada Tânia Mateus, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.^a **Tânia Mateus** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, de facto, perante os problemas graves que a escola pública atravessa — a falta de professores ou de outros profissionais, escolas que precisam de obras —, ouvimos o Primeiro-Ministro e Presidente do PSD apontar como prioridade a revisão dos conteúdos da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, por ser uma disciplina profundamente ideológica, leia-se, «perigosa para as crianças e jovens», isto na perspetiva do PSD e do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim! É verdade!

A Sr.^a **Tânia Mateus** (PCP): — Surpreende — ou talvez não — que o ensino de valores como igualdade, como respeito, como empatia, como solidariedade, como participação e conhecimento do mundo e da comunidade sejam valores e uma ideologia perigosa para as crianças e para os jovens. Valores de uma escola de Abril, da escola pública e democrática construída com a Revolução de Abril.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agora é que disse tudo! A «escola de Abril» agora é que se vê!

A Sr.^a **Tânia Mateus** (PCP): — A escola não se reduz a aprender a ler e a escrever. É um espaço de valores e com direitos.

A escola defronta-se com problemas críticos, inerentes às opções dos últimos Governos, do PS, do PSD e CDS, e para estes não há prioridades. Até porque já decidiram qual é que vai ser o ataque à escola pública. Já decidiram que não se vai avançar com a valorização das carreiras dos professores,...

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

... já decidiram que não vão contratar mais professores, até já decidiram que não há verbas para refazer as obras que são precisas nas escolas. Também já decidiram que não é preciso dar resposta ao reforço da ação social escolar para as crianças terem melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento.

O ataque está feito à escola pública! Já se decidiu que o desvio e a opção da escola é o desvio para a escola privada e para os contratos de associação.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Longe de ser um modelo perfeito, as áreas temáticas para esta disciplina são importantes e, para o PCP, a contratação de professores, de psicólogos, de bibliotecários, o aumento do rácio de auxiliares por aluno é que deviam ser a prioridade. A não-resolução destes problemas é que é um perigo que põe em causa o desenvolvimento das crianças.

Deixávamos aqui um desafio: o Livre acompanha as propostas que o PCP aponta como prioritárias para a educação?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra Sr.^a Deputada Rosário Gamboa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, gostaríamos muito de agradecer o tema que traz, porque há, de facto, algumas interrogações que é preciso levar um pouco mais longe.

Anunciou-se que se ia libertar das amarras ideológicas a disciplina de Educação para a Cidadania. Que ideologia é esta? Será a ética dos direitos humanos? Serão as liberdades, direitos e garantias definidos na Constituição, que definem que toda a pessoa ou cidadão tem direito a essas liberdades, ao respeito, à integridade, à diferença?

Será que estão em causa as sociedades multiculturais, que se alimentam da diversidade e que a integram, em si, como motor de desenvolvimento?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é isso que lá está!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Esta questão parece-nos, à partida, um pouco vazia e há aqui uma radicalização. Então, pergunto-lhe: o que é que ela pretende, se é vazia? Se é vazia, poderemos dizer que o elefante que está dentro da sala — que será a igualdade de género ou a sexualidade — corresponde a áreas temáticas que já existiam no tempo do Dr. Passos Coelho.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Foi ele que as criou!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Foi ele que as criou. A novidade que é introduzida pelo Dr. Luís Montenegro é uma coisa chamada «instituições e participação», que existe desde 2018, pelo Governo do PS.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Veja os manuais!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Por isso, há aqui uma coisa vazia. Então, se é vazia, o que é que está em causa? Está em causa o desejo de radicalizar? Está em causa o desejo de seduzir a direita conservadora? É que se é radicalizar, é preciso dizer uma coisa muito importante: quando se radicaliza, corrói-se o tecido da sociedade,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — ...desune-se, não se constrói, fratura-se! E é isto que está a acontecer, negando e atirando para a invisibilidade um conjunto de conceitos, de noções fundamentais ao mundo contemporâneo e às pessoas.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — E há outra coisa muito importante: mancha-se de suspeita a escola pública. E isto nós não poderemos aceitar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, depois de doutrinados na disciplina de Cidadania no ensino básico, durante a fase mais sensível do crescimento e da formação da sua personalidade, os nossos jovens, chegados à faculdade, carregam uma mochila com algum conhecimento científico e com várias experiências humanas e sociais.

Nessa mochila, também carregam, agora, o vírus do wokismo, aquele pensamento iluminado que pretende sobrepor-se a toda a sociedade ocidental, assente em teorias como a teoria de género e a teoria crítica da raça.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Quando alguns se deixam contaminar e se tornam ativistas universitários *woke*, são agora entusiastas militantes que, convertidos em educadores, têm como desígnio formar uma humanidade nova a partir da doutrinação em sala de aula.

Ensinar às crianças e jovens, sem o consentimento dos pais, que o género se escolhe...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — ... e que quem o define é a sua consciência e não o seu corpo. Ensinar aos alunos brancos que são congenitamente racistas.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e contraprotestos do CH.

E ensinar àqueles, sob qualquer forma, para se considerarem excluídos e que são automaticamente vítimas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr.^a Deputada, Sr.^a Presidente, isto não é cidadania.

O Partido Chega tem como direito fundamental a liberdade e todas as suas grandezas democráticas: liberdade de movimento, liberdade de pensamento, liberdade de escolha daquilo que o ser humano pode ser e que quer para a sua vida.

Por isso, Sr.^a Deputada, deixo-lhe esta questão: por uma disciplina de Cidadania livre, estará o Livre disposto a tornar esta disciplina de opção facultativa? Isso, sim, é liberdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E a Matemática? E a História?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprendeste alguma coisa? Tens de aprender!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do Grupo Parlamentar do PSD, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, a escola pública não vai, a partir de hoje, falhar. Mas já falhou muito: falhou aos professores, falhou aos pais e falhou aos alunos e, nessa altura, não a vi com essa preocupação. Mas querem agora criar, através desta questão da disciplina de Cidadania, uma questão de natureza ideológica,...

Protestos do L e da Deputada do PS Rosário Gambôa.

... quando o que nós queremos fazer é uma revisão das aprendizagens essenciais, e a todas as disciplinas.

Estamos hoje em condições de fazer uma avaliação melhor e maior a todo o currículo, e a disciplina de Cidadania não é a vaca sagrada do currículo. Qual é que é o receio que o Livre tem de que peritos externos façam uma avaliação ao currículo? Há algum receio nisso?

Protestos do L.

Hoje também podemos aferir, através dos resultados da avaliação internacional, que os alunos têm piores resultados do que tinham em 2015.

Hoje, também podemos assumir que, para nós, a disciplina de Cidadania foi uma opção, pois foi um Governo do PSD que a introduziu de forma facultativa.

Mas quando os senhores quiseram fazer um currículo, que peritos consultaram? De que forma é que esse currículo foi feito? A escola foi envolvida? Os pais foram envolvidos para a definição desse currículo?

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Foram!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Por isso, Sr.^a Deputada, não venham com demagogia, com questões de natureza ideológica, porque nós estamos preocupados, efetivamente, com o resultado dos alunos.

A escola pública, que estava no caos em que a recebemos, está hoje em paz.

Protestos do PS.

Nós conseguimos introduzir um conjunto de mudanças, desde logo a recuperação integral do tempo de serviço. Conseguimos olhar para os alunos que não têm professores e fazer um concurso extraordinário para a colocação de professores.

Protestos do PS e do L.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Estamos em condições de dizer que se há hoje paz na escola pública deve-se a este Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Certamente que, com a revisão curricular que pretendemos fazer,...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, começaria, então, por responder à Sr.^a Deputada do PCP, Tânia Mateus, referindo que a escola ensina valores de inclusão e que, de facto, o que interessa é centrar a discussão na falta de professores, nas melhores condições. O Livre acompanha o PCP nessas preocupações. Isto foi uma manobra de distração a quem interessava falar de cidadania e não falar dos problemas que afetam realmente a educação.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Na verdade, na cidadania não há problema nenhum, há problema é na falta de cidadania!

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

Vozes do CH: — Oh!...

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Relativamente ao PS e à questão levantada pela Sr.^a Deputada Rosário Gambôa, «quais são as amarras?», isso queremos nós saber. Na verdade, o PSD e o CDS quiseram-nos distrair dos problemas essenciais. Na verdade, nem o Sr. Ministro da Educação, quando lhe foi perguntado sobre quais os problemas que encontrava, ele respondeu que não sabia.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Isso nós sabemos!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Portanto, nós compreendemos essa questão, porque também não encontramos problemas nenhuns na disciplina de Cidadania.

Passo, agora, a responder ao Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega, e à questão do vírus da endoutrinação. O vírus não vem da escola pública; a escola ensina os alunos a estar atentos àqueles que são os vírus que andam na sociedade: o vírus da intolerância, o vírus da discriminação, o vírus do racismo, o vírus da violência. É isso que a escola ensina aos alunos, a estarem atentos.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a sexualidade?

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Ter aulas de Cidadania é importante para se perceber e para se estar preparado para essa matéria. Disciplina facultativa, não, porque nada deve ser facultativo,...

Protestos do CH.

... na medida em que a matéria que estamos a tratar, a Cidadania, é essencial, tal como a Matemática, a Biologia e a História são essenciais, para formar cidadãos responsáveis.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Deputado Pedro Alves, quanto às amarras ideológicas que o Sr. Ministro indicou é a questão que nós gostaríamos de ver esclarecida. Portanto, se há amarras ideológicas, quais são e de onde é que vêm? Ou seja, o programa de Cidadania não nos parece ter qualquer tipo de amarra ideológica e parece-nos que forma cidadãos preparados.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — É obrigatório! Massificar! Totalitarismo! Isso é totalitarismo!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Vocês é que devem ter essa resposta, não somos nós. Quais são as amarras ideológicas? No Livre, não há amarras ideológicas.

Protestos do CH e do Deputado do PSD Pedro Alves.

Queremos uma escola pública que permita a toda a gente ser feliz e não viver em opressão.

Aplausos do L.

Entretanto, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, fiquei um pouco desapontada porque o Livre fixou como debate a educação, mas, no entanto, tal como o PSD e o PS fizeram no passado, ao longo de oito anos, com políticas que degradaram ainda mais o sistema educativo, o

Livre também se quis focar-se naquilo que é acessório, em vez de se focar naquilo que é verdadeiramente estrutural e nos verdadeiros problemas que a escola enfrenta nos dias de hoje.

Podemos ter essa discussão que veio aqui referir, mas onde o Livre quer mais Estado, a Iniciativa Liberal quer mais liberdade; onde o Livre quer mais intervenção, a Iniciativa Liberal quer mais autonomia. Acho que o debate se deve focar na autonomia que as escolas devem ter para decidir ou não os currículos e os projetos educativos que querem para a sua comunidade escolar.

Eu pensava que vinha falar sobre os problemas estruturais, como a falta de professores, os alunos sem aulas, a falta de transparência nos procedimentos concursais de professores, os direitos dos professores — que têm sido ignorados ao longo dos últimos anos —,...

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

... mas não o fez, focou-se no acessório.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Acessório?!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Portanto, a pergunta que deixo neste debate, depois da intervenção que a Sr.^a Deputada teve, é se o Livre não tem propostas para a educação.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é contigo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a cidadania não é ideologia e muito menos é ideologia de género.

Protestos do BE.

Sr.^a Deputada, eu convido-a a reler o *Guião de Educação Género e Cidadania*, do 2.^o ciclo do ensino básico, para alunos de 10 anos. Na primeira folha tem 23 pontos sobre o género, sendo a demonstração inequívoca da vontade desta cidadania fazer a reconstrução social da sociedade portuguesa.

Protestos dos Deputados do PS Francisco César e Rosário Gambôa.

Para miúdos de 10 anos, temos tópicos como: *De que falamos quando falamos do género?*; *O género como categoria social*; *A formação da identidade de género* ou *Estereótipos de género*. São quatro tópicos, são a *overdose* do género.

Vozes do CH: — É ridículo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há uma coisa, Sr.^a Deputada, que nos divide totalmente: é que os alunos de 10 anos que têm de frequentar esta disciplina são filhos de pais, não são filhos do Estado. E a educação compete essencialmente aos pais, não compete ao Estado. Não sou eu que o digo, o CDS diz isso há muito tempo, mas é também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição da República Portuguesa...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que proíbe o Estado de moldar ideologicamente a sociedade. É uma proibição que está prevista na Constituição e essa proibição é violada com este guião para a ideologia de género.

O que nós contestamos, Sr.^a Deputada, é que esta disciplina tenha uma programação marcadamente ideológica contra a vontade dos pais para crianças de 4, 5, 6, 7, 8, 9 anos.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É mentira, é mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O CDS é a favor da liberdade de educação e é a favor do direito dos pais a educarem os filhos. Deixem as crianças em paz!

Protestos do PS e do L.

Deixem as crianças crescer como crianças, sem imposições de ideologias de género e de sexualidade pelo Estado. Nós somos contra imposições contra a vontade dos pais, porque, no final, são os pais que têm o direito a educar os seus filhos.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, em Portugal há milhares de crianças que não têm direito a ser crianças. Não têm direito a ser crianças porque são vítimas de abuso sexual de menores.

Há milhares de crianças que sofrem abuso sexual, e, estatisticamente, mais de metade dessas crianças sofrem esses abusos dentro da família.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Então acabe-se com a família!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E é por isso que todos os relatórios sobre abuso sexual de menores — inclusive a convenção europeia para a prevenção de abuso sexual de menores, de que Portugal é signatário e se obrigou a cumprir, enquanto Estado —, todas as convenções sobre igualdade de género e abuso sexual de menores pelas quais Portugal está obrigado a reger-se, reconhecem que a educação sexual é essencial para a prevenção dos abusos sexuais de menores, que — repito! — ocorrem, na maioria das vezes, dentro da família.

Vozes do CH e do CDS-PP: — E na escola?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Estas crianças têm direito a ser protegidas. Estas crianças têm direito à sua integridade física. Estas crianças têm direito à sua dignidade. Estas crianças não devem estar sujeitas a que um fundamentalismo religioso qualquer imponha a privação nas escolas da aprendizagem dos comportamentos que as pode defender.

Portanto, sim, nós queremos defender as crianças...

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acabemos com a família!...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... e é por isso que continuaremos a defender a disciplina de Cidadania com os conteúdos de educação sexual que existem em Portugal desde 1989.

Protestos do CH.

Quem considera que aqui há ideologia e facção vai ter de explicar onde é que ela está:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está no livro!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... quais são os professores que a estão a administrar, quais são as escolas que são facciosas. Vão ter de as identificar e vão ter de se responsabilizar pelas suas declarações.

Protestos do CH.

Sr.^a Deputada, parece-me a mim que isto não passou de uma instrumentalização ignóbil da disciplina de Cidadania, das escolas e da educação, de uma instrumentalização das escolas para agradar à extrema-direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu até percebo: é um trauma de família!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Deixem as escolas em paz, Srs. Deputados!

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, queríamos pedir para distribuir um *link* de um conjunto de informações que estão no *site* da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares sobre o suposto guião referido pelo Sr. Deputado do CDS e que, na verdade, não existe.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu tenho-o aqui!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não invocou a figura regimental, Sr.^a Deputada, mas penso que fosse a de uma interpelação à Mesa.

O Sr. Deputado Paulo Nuncio também pede a palavra?

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Para mentir!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.
Se é só para distribuir documentação, vá logo direto ao assunto.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É isso mesmo, Sr. Presidente. É para contestar a posição da Sr.^a Deputada Alexandra Leitão e pedir que se distribua o guião, que existe, ao contrário do que disse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro que existe!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não é um guião!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É um guião sobre «género, educação, cidadania...o desafio»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está lá escrito «guião».

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está lá escrito!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Segundo ciclo do ensino básico. É um guião de educação de género. Existe e tem 33 pontos sobre género, Sr.^a Deputada. Será distribuído.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, não constatei nenhuma contradição entre o que disse a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão e o que disse o Sr. Deputado Paulo Nuncio. Serão distribuídos os documentos que quiserem distribuir.

Agora, voltando ao debate e para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram dirigidos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, a cidadania e os direitos humanos não são acessórios.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Para o Livre são essenciais.

Aplausos do L.

Aliás, o Livre, em relação à educação, tem um vasto programa que podem ler na sua página na *internet*. Quanto à Iniciativa Liberal, só sabemos que existe o cheque-ensino, que são as únicas propostas que vocês têm.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, convido-o a assistir às aulas de Cidadania, inclusivamente na minha escola, onde sou professora há mais de 30 anos.

Protestos do CH.

Não há reclamações de pais.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Aprendam!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Nem todos são os pais de Famalicão!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Na minha escola há resolução de problemas, há exposições, há convidados, como ONG (organizações não governamentais) e a Amnistia Internacional.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Liberdade de educação!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Na minha escola vive-se a cidadania em felicidade.

Protestos de Deputados do CH.

É isto que a escola deve ser. Não há reclamações.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O dever da educação é dos pais! Isso é obrigação dos pais, não é da escola!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Pelo contrário, com crianças que têm problemas de inclusão, prevenimos muitas vezes tentativas de suicídio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso não tem nada a ver!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Tem tudo a ver! Prevenimos tentativas de suicídio, fazemos acompanhamento das crianças que sofrem de depressão. Ninguém em Cidadania impinge nada a ninguém.

Protestos do CH.

O que se faz é acompanhar, explicar, informar, e a cidadania concebida desta maneira não é aquilo que vocês na comunicação social dizem que é.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas quais «vocês»?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sem contraditório!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr.^a Deputada Joana Mortágua, obrigada pela sua intervenção.

De facto, esta matéria foi aproveitada pela direita — não sabemos por que razão — para instrumentalizar questões da educação que são muito sérias e vão muito além do que querem fazer passar. A escola é de todos e deve incluir toda a gente. Ninguém se deve sentir excluído da escola pública.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à declaração política seguinte, desta feita é a vez do CDS-PP. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PS já encontrou o guião?!

Vozes do PS: — Não há guião nenhum!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Estado de direito tem um pressuposto essencial e uma consequência imprescindível. O pressuposto é a lei e a consequência é a ordem, desde logo, a ordem pública. Não há autoridade sem lei, mas também não há ordem sem autoridade.

Os acontecimentos dos últimos dias na região de Lisboa são graves e devem ser interpretados exatamente neste contexto, ou seja, no de um Estado de direito, onde o primado é o da lei, mas em que a ordem não pode, de maneira nenhuma, ser posta em causa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Naturalmente que a primeira coisa que fazemos é lamentar a morte de um cidadão. Odair Moniz morreu e lamentamos a sua morte. Quanto a esse facto, é evidente que tem de se apurar tudo o que aconteceu. Mas, para apurar tudo o que aconteceu com responsabilidade não é

possível começar a especular, não é possível tirar conclusões precipitadas e é preciso respeitar a lei para que esse apuramento de factos seja justo para todos.

Hoje assistimos, neste Parlamento, a algo que é de todo inaceitável: um Deputado eleito a instigar jornalistas e quem, através deles, ouvisse a comunicação social, à revolta, à insurreição e à prática da violência.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Assisti diretamente, ninguém me contou e o Deputado foi o Sr. Deputado Fabian Figueiredo — porque eu não levanto falsa suspeição, nem deixo de dizer quem foi.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Alguém que, neste Parlamento, se dirige a jornalistas quando está em causa uma pergunta sobre violência praticada por cidadãos e diz: «Mas os senhores como é que se sentiam? O que é que os senhores faziam se fosse convosco?»,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... é algo totalmente inaceitável.

Se, num Estado de direito, nenhum cidadão pode incitar à prática de violência, muito menos deve um Deputado, nas suas funções, em plenos Passos Perdidos da Assembleia da República, apelar a essa violência.

Aplausos do CDS-PP, de Deputados do PSD e do CH.

É verdade que estamos a falar de um grupo parlamentar que já se referiu à Polícia de Segurança Pública como a qualquer coisa, que toda a gente sabe o que é: a «bófia».

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Eu não sei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estamos habituados a esta falta de respeito pela Polícia de Segurança Pública por parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Mas, da mesma maneira que começámos por dizer que lamentamos a morte de um cidadão, temos de dizer que lamentamos e não aceitamos que se ponha em causa toda a instituição e um elemento das forças de segurança em concreto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A presunção de inocência é para todos e mal estaria um Estado de direito em que a presunção de inocência não fosse aplicada a um elemento das forças de segurança.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Isso é virar o mundo ao contrário, é virar o Estado de direito ao contrário e é, acima de tudo, atentar contra a liberdade dos cidadãos.

Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.

Porque nós só seremos livres se o Estado de direito funcionar, só seremos livres se as leis forem respeitadas e só seremos livres se essa presunção de inocência for aplicada a todos.

É por isso que, perante esta situação, dizemos com muita clareza: é fundamental restaurar a ordem pública, porque nestes bairros vivem cidadãos, independentemente da sua nacionalidade, da sua origem, da sua cor de pele, seja do que for. Também aqui temos de assinalar que aqueles que, muitas vezes, dizem que não se pode identificar os criminosos pela sua cor de pele são os primeiros, quando acham que há uma vítima, a vir identificar a sua cor de pele.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e do CH, tendo o Deputado Marcus Santos aplaudido de pé.

Aqueles que não querem discriminações e que acham que é racismo identificar a cor de pele de uns, já não acham que é racismo identificar a cor de pele dos outros. Se queremos igualdade e se, de facto, a respeitamos temos de ter esta capacidade de respeitar todos, e não só alguns, quando nos dá jeito num sentido, e depois instrumentalizá-los, quando nos dá jeito noutro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não há nada mais racista do que aproveitar uma morte para dizer que ela só aconteceu porque a pessoa tinha determinada cor de pele. Isso é de um racismo primário, é de um racismo inaceitável, é de um racismo vergonhoso!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e do CH, tendo o Deputado Marcus Santos aplaudido de pé.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem, neste momento, temos de proteger são todos os cidadãos que vivem naqueles bairros, que queriam apanhar o seu autocarro e houve quem lhe pegasse fogo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os cidadãos que queriam entrar em sua casa e não podiam porque estavam fogueiras à porta da sua entrada.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — E ao pé da minha casa também, já agora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os cidadãos que queriam ir abastecer de combustível no seu carro e não podiam porque alguém tinha organizado um motim na bomba de gasolina.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É para cada um desses cidadãos que nós, neste momento, temos de olhar e dizer com toda a franqueza e frontalidade: Portugal é um país de liberdade, de democracia e é, acima de tudo, um Estado de direito.

Aplausos do CDS-PP, de pé, do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, a Mesa registou cinco pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Um a um, Sr. Presidente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora bem! Vamos a eles!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, o Sr. Deputado começou por nos falar do Estado de direito, do primado da lei, da necessidade de todos os cidadãos e de todas as autoridades públicas respeitarem a lei.

Não vamos fazer generalizações. Nós precisamos de apurar o que é que aconteceu com a morte do Odair Moniz, e saudámos a Sr.^a Ministra da Administração Interna por ter aberto o inquérito na IGAI (Inspeção-Geral da Administração Interna).

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É preciso perceber o que é que, efetivamente, se passou e as circunstâncias nas quais tudo se passou.

Mas é preciso também perceber, se calhar, num contexto um pouco maior e que também nos preocupa, porque é que os agentes que estavam naquela patrulha eram recém-chegados à PSP.

Protestos do CH.

Porque é que não podíamos ter, ou porque é que não temos, nestas zonas, que são zonas urbanas sensíveis...

Protestos do CH.

Srs. Deputados, deixem-me terminar.

Como dizia, estas são zonas urbanas sensíveis, por isso temos de perceber porque é que não temos aí agentes com maior experiência e se não há aqui um problema mais sistémico.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Mas é preciso também perceber porque é que algumas pessoas daqueles bairros se dizem revoltadas. E não é só por este caso, é por todos os casos que aconteceram no passado: é por todas as situações que aconteceram na esquadra de Alfragide, que já estão relatadas e documentadas, e é por todas as situações de violência, que roçam a tortura.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Não estamos a generalizar. São questões que estão comprovadas, que são reiteradas, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que estão as provas? Mostra lá!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Portanto, isto não deve ser utilizado para desculpar e dizer: «Bom, então, concordamos com o que se está a passar!»

Não concordamos, mas reconhece ou não, o CDS, que há um problema na forma como o Estado intervém em alguns bairros da periferia de Lisboa? Pergunto também se reconhece, o CDS, que é importante apostarmos mais em outros mecanismos, como o policiamento de proximidade ou em mediadores culturais e comunitários,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... claro, para estabelecer uma relação de confiança com a polícia e para recrutar também as próprias pessoas daquela comunidade para que a paz possa ser garantida.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS, para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Paulo Muacho, respondendo às perguntas de V. Ex.^a, disse aqui algo que, de facto, ainda ninguém tinha dito e é importante: estávamos a falar de um agente — não é recém-chegado — relativamente recente. E é importante alguém ter uma palavra para com esse agente, porque já se falou aqui das famílias de toda a gente e esse agente também tem família.

Este agente da PSP, que o Bloco de Esquerda condenou, este agente da PSP, que toda a gente já julgou sem fazer a mínima ideia dos factos, também tem família, também tem direito ao seu bom nome e tem direito à presunção de inocência.

Aplausos de Deputados do PSD.

Imagino o que é — porque ouço sempre falar do enquadramento social — o enquadramento social de um agente da PSP que serve há pouco tempo, que é chamado a um bairro difícil, que vê uma pessoa com um comportamento suspeito, podendo, ou não, estar armada. Não sabemos as circunstâncias.

Sr. Deputado, pense também nisso, faça o favor de dizer aos colegas das bancadas à esquerda para pensarem nisso. São pessoas, mas com uma diferença: este agente da PSP estava ao serviço de todos nós. Naquele momento, naquela noite, ao envergar uma farda, representava cada um de nós. Naquele momento, naquela situação, ao envergar uma farda, o Estado de direito era ele, Sr. Deputado. O Estado de direito era ele!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pode ter cometido um erro ou não, não sabemos. Repito, pode ter cometido um erro ou não, não sabemos. Mas sabemos isto: ele era o Estado de direito naquele momento.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Uma pessoa não é o Estado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que temos de apurar é se, naquele momento, como intérprete do Estado de direito, atuou bem ou mal, e depois retirar consequências. Agora, julgá-lo a ele, sem saber o que efetivamente se passou, é pôr em causa todo o princípio do primado da lei do Estado de direito.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, depois da sua intervenção, quase me esquecia que o seu partido integra um Governo em que a Ministra da Administração Interna quer limpar a «fruta podre» da polícia,...

Aplausos do CH.

... uma Ministra da Administração Interna que está mais preocupada em meter processos disciplinares a polícias do que com a violência contra a polícia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Em 2022, foram agredidos seis polícias por dia e, em 2023, foram agredidos mais de 1300 polícias. Nos últimos 20 anos, morreram mais de 30 polícias em serviço e nunca vi esta Câmara fazer tanta comoção como com os acontecimentos desta última semana.

Protestos de Deputados do PS.

Reiteradamente, esta maioria parlamentar rejeitou propostas para atribuir subsídios de risco dignos aos polícias, para atribuir um salário digno, para reconhecer a sua autoridade, mas, depois, são os primeiros a apontar o dedo aos polícias quando fazem o seu trabalho.

Aplausos do CH.

Por 1000 € por mês, eu queria ver quantos Srs. Deputados se levantavam para ir arriscar a vida na rua.

Aplausos do CH.

E, portanto, sim, temos de agradecer o trabalho das forças de segurança.

Não sabemos ainda as circunstâncias, mas com certeza que este polícia não escolheu matar, escolheu não ser morto. E é isso que temos de ter em atenção.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Acabando tal como comecei, queria perguntar ao Sr. Deputado se se revê nas declarações da Sr.^a Ministra da Administração Interna e se acha que, de facto, é preciso tirar a «fruta podre» da polícia.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, com toda a transparência: eu conheço a Sr.^a Ministra da Administração Interna há muitos anos. Quando ainda não existia o Partido Chega, não tinha tido ainda a oportunidade de se constituir, exerci funções como Secretário de Estado da Administração Interna quando a atual Sr. Ministra era Inspetora-Geral da Administração Interna. Sei muito bem a forma como conduzia processos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os polícias também sabem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sei muito bem a defesa que foi feita da Polícia de Segurança Pública, designadamente por um Ministro com quem servi no Governo de Portugal, que era o Ministro Miguel Macedo. Também sei quem serviu a Sr.^a Inspetora-Geral da Administração Interna nessa altura.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Portanto, se há período que as polícias lembram como um período em que a sua dignidade foi respeitada foi exatamente esse período em que Miguel Macedo era Ministro da Administração Interna e a Sr.^a Ministra era Inspetora-Geral da Administração Interna.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Quanto à situação atual, não dou nem recebo lições de proteção das forças de segurança. Acho que não fazia sequer sentido trocar esses galhardetes.

Mas, relativamente ao Estado de direito, o Estado de direito tem um princípio fundamental, que é o da separação de poderes. Portanto, se nós, neste Parlamento, não podemos condenar sem ter apurado os factos e sem ter sabido o que se passa, também não podemos absolver. É evidente que o respeito pelo primado do Estado de direito e da lei é relativo a todos.

Vou até confessar: espero que este agente, de facto, tenha agido no estrito cumprimento das normas...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... e, por esperar e desejar isso, quero que toda a lei seja aplicada, para que seja a lei e as regras a determinar que ele não teve culpa. Não quero que fique nunca a dúvida se teve ou não teve um comportamento exemplar, porque acredito que teve.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, há uma pessoa que morreu às mãos da polícia: Odair Moniz. Morreu às mãos da polícia!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Um inocente!...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E, portanto, acho que devemos ter empatia e, sim, faço-lhe a pergunta, como fez o líder parlamentar do Bloco de Esquerda: e se fosse seu pai, Sr. Deputado? E se fosse seu marido? Se Odair Moniz fosse seu marido, como é que se sentiria, Sr. Deputado? Como é que se sentiria?

Protestos do CH.

Também sabemos outras coisas. Sabemos os nomes, e foram aqui lembrados, de todas as pessoas, de muitos, muitos cidadãos negros,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E brancos?

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... muitos cidadãos dos bairros periféricos que foram vítimas da violência policial: Ângelo Semedo, Toni, Carlos Reis, José Carlos Vicente, Juju, João, Cuco, Mc Snake, Diogo Seidi — todos foram lembrados pelo nosso líder parlamentar, e bem lembrados, porque nós, Sr. Deputado, temos de olhar para a realidade. E não somos só nós que dizemos.

Vou fazer uma citação e pergunto-lhe se, à luz destas informações, concorda com ela: «Quem pratica este tipo de atos e é condenado deve, como é evidente, ser erradicado. Queremos forças e serviços de segurança que cumpram intransigentemente os direitos humanos. Queremos erradicar o racismo e a xenofobia completamente das forças de segurança.» Sabe quem fez estas declarações? Queria perguntar-lhe se concorda com estas declarações, que são da Sr.^a Ministra, da atual Ministra. Queria perguntar-lhe se concorda com elas.

Há coisas que nós não sabemos. Por exemplo, nós não sabemos ainda de que é que Odair Moniz era suspeito.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — De que é que Odair Moniz era suspeito? De que é que era suspeito o homem que foi morto pela polícia? Nós não sabemos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De fugir à polícia!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E também não sabemos porque é que uma viúva está com os filhos a chorar a morte do seu marido e tem 15 polícias, encapuçados e não identificados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E provas? Tens provas disso?

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — ... a invadir a sua casa, aliás, três deles a entrar dentro da sua casa. Gostava, Sr. Deputado, de saber se não é também sobre isto que nós devemos defender o primado da lei e do Estado de direito e da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Soeiro, resposta muito direta: não, não é, não é mesmo! Não é mesmo assim que nós respeitamos o primado da lei nem o Estado de direito.

Vou descontar a parte do moralismo, da pergunta «e se fosse o seu pai?». Acho que há mínimos para nos dirigimos uns aos outros. Podia ser um amigo? Podia. Podia, claro. Mas sabe uma coisa? No Estado de direito outra das regras é essa, é que se aplicam a cada um de nós. A distinção é que, quando nós estamos envolvidos emocionalmente, não estamos nas mesmas condições para ser agentes num processo do que se tivermos o distanciamento e a independência. É por isso que os senhores não podem convocar emoções da forma que convocam para distorcer a realidade, não permitir o distanciamento e a independência para analisar a situação.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

É exatamente por isso que eu digo que não pode ser como os senhores dizem, e não pode ser como os senhores dizem também porque os senhores utilizam informação falsa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A questão da invasão do domicílio já foi desmentida pelas autoridades. É mentira! É mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vamos aguardar a investigação!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores invocam mentiras e falam reiteradamente — já disseram quatro ou cinco vezes — de «cidadãos que morreram», e que, obviamente, todos lamentam, mas são incapazes de dizer, por uma vez, o nome de um polícia que morreu nos mesmos bairros, em circunstâncias idênticas, apenas a vítima e o agressor mudaram de lugar. Os senhores são incapazes!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Na minha declaração política, comecei por lamentar a morte de Odair, da mesma maneira que lamento a morte de Irineu, que morreu com mais de 20 tiros na Cova da

Moura. E então? Se alguém aqui tem uma atuação diferente em função de quem está em causa, seja pela cor da pele, seja pelo facto de usarem ou não uma farda, são os senhores. Os senhores instigam o ódio em função da cor da pele, e os senhores instigam o ódio em função de uma farda que representa o País que todos aqui representamos também!

Aplausos do CDS-PP, do PSD e, de pé, do Deputado do CH Marcus Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não repitam a ladainha dos santos! Parece que estamos na vigília pascal!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, hoje assistimos aqui a um debate curioso. Em primeiro lugar, obviamente e naturalmente, subscrevemos integralmente aquilo que o Deputado João Almeida aqui veio dizer, porque eles são os pilares do Estado de direito, eles são os exemplos do valor, da ordem e da segurança que nós também defendemos.

O que achamos extraordinário é que, ao mesmo tempo que hoje se fala apenas e só de uma pessoa que infelizmente morreu, depois se esqueça que houve dois polícias feridos, viaturas policiais danificadas, autocarros da Carris destruídos, veículos ligeiros incendiados, um conjunto de muitas situações que resultaram num excesso e que não foi um excesso praticado pela polícia.

E é importante perguntar outra coisa, aliás, gostava de ter o seu comentário sobre isso.

Estou a falar para a Câmara, se está nervoso, acalme-se.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Eu?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Se em vez de ter morrido a pessoa que morreu — e, mais uma vez, sublinho infelizmente —, tivesse sido um polícia a morrer, qual teria sido a bancada a manifestar-se? Aqueles que, mesmo que hipocritamente, defendem os direitos dos polícias, mas, quando os polícias são postos em causa, são incapazes, ou são os primeiros, a atirar pedras, a apontar armas, a tentar encontrar todas as desculpas possíveis e imaginárias para o seu próprio comportamento.

A Sr.^a Ministra da Administração Interna, sem entrar em histerias, sem entrar em grandes comentários, disse: vamos, primeiro, apurar aquilo que se está a passar, vamos descobrir o que está em causa para podermos, finalmente, discutir todas as outras questões que queremos discutir, antecipando inquéritos criminais, antecipando conclusões, não criando aquilo que é o pior que está a acontecer agora.

É para isso que é importante apontar: é que no primeiro dia, na segunda-feira, houve um incidente num só local; ontem, já houve vários. E isto só acontece porque há alguém que está a incendiar toda a situação suburbana dos bairros de Lisboa, e não são os polícias que o estão a fazer, são todos aqueles que agora estão a ligar uns aos outros a dizer «criem confusão, porque é preciso acabar com a ordem» e a pôr em causa a atuação da Polícia de Segurança Pública.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não seja ingénuo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Rodrigues, muito obrigado pelas questões.

A prova de que é como o Sr. Deputado dizia agora no final é que basta ouvir alguns testemunhos de moradores desses bairros — e já todos ouvimos, entre ontem e hoje, nos diferentes órgãos de comunicação social — e perceber que, claramente, há esse aproveitamento.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E os outros testemunhos que disseram que a polícia entrou em casa?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há esse aproveitamento por quem pratica estes atos de violência de, numa determinada conjuntura, sem terem absolutamente nada a ver com o que se passou, aproveitarem para praticar atos que são crimes e as principais vítimas desses crimes são os seus vizinhos.

E é isso que nós temos de defender, porque não adianta vir aqui com grandes discursos sobre comunidade, sobre mediadores culturais, sobre questões sociais, sobre integração, se estes vândalos, que são uma minoria, causam o caos na vida da esmagadora maioria das pessoas que vivem nesses bairros, que se levantam todos os dias para ir deixar as crianças à escola, a seguir para ir trabalhar, depois para voltarem para casa para fazer todas as outras tarefas que ainda têm de fazer, e ou não têm autocarro ou têm uma fogueira à porta, ou o seu carro é posto a arder, porque outras pessoas resolveram aproveitar este contexto para gerar o caos. O caos não tem lugar em Portugal, o caos não tem lugar no Estado de direito, e isso tem de ser claro para todos aqueles que estão a praticar estes atos.

Isto tem de acabar, tem de acabar rápido e não pode acabar sem que quem praticou estes atos seja punido.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, obrigada pela sua intervenção. Eu pensava que hoje íamos estar todos e todas tristes, zangados pelas mesmas razões, mas, sobretudo, calmos.

Acho que hoje é um dia para ter muita calma, para nos lembrarmos de que a palavra ou a expressão mais importante do dia é mesmo «Estado de direito». É um dia para lamentar profundamente a morte de um cidadão que, já agora, também goza de presunção de inocência, mesmo tendo morrido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não foi posto em causa!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não foi?!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Por acaso foi!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Pois foi!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É muito importante apelar ao fim imediato de todas as ilegalidades, de todas as violências, aceitando naturalmente manifestações legais, porque as pessoas têm direito à manifestação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim! É o que se está a ver!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É urgente condenar qualquer tipo de aproveitamento político desta situação, e é importante lembrarmos algo que José Gil nos ensinou, que é uma certa tendência em Portugal para não inscrever as coisas. E não vale a pena, a propósito deste episódio tão triste... Neste momento haverá familiares a chorar, filhos sem pai, e não sabemos a situação do agente, que é arguido e deve ter a sua presunção de inocência respeitada.

Há questões que já foram debatidas aqui muitas vezes, e talvez hoje não seja um dia suficientemente calmo para as discutir.

Sr. Deputado João Almeida, é evidente que quando há uma situação em que a polícia intervém com cidadãos que não são polícias não há uma simetria, porque a polícia tem o monopólio da força. E por isso é

que a avaliação de uma situação em que há mortos ou feridos é muito mais criteriosa do que se for uma alteração entre dois cidadãos.

Também concordará que há racismo em Portugal e que está identificado no n.º 2 do artigo 13.º, e o CDS aprovou favoravelmente um longo relatório feito pela 1.ª Comissão que identificava todo o tipo de racismo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Moreira, agradeço a serenidade e a forma clara como colocou as suas questões. Portanto, se há uma divergência relativamente a tom, ela é evidente com o Bloco de Esquerda, que, claramente, até ao momento foi o único partido que teve um comportamento absolutamente à esquerda, absolutamente inacreditável.

Eu não o disse há pouco, mas o Sr. Deputado Fabian Figueiredo deu-se ao luxo de, a falar nos Passos Perdidos, elencar todos os casos em que algum cidadão tenha sido agredido por um elemento de uma força de segurança,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Morto!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... não referindo uma única vez o contrário. Portanto, obviamente que o objetivo é claro: instigar ao ódio, instigar à violência.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É sectário!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi o caso da Sr.^a Deputada, e, portanto, vou aqui distinguir claramente a questão.

Mas disse uma coisa que é relevante: a polícia, as forças de segurança têm o monopólio da força e isso faz com que a relação seja desigual.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O apuramento das responsabilidades também é diferente, e por isso é que há uma Inspeção-Geral da Administração Interna, que analisa a parte disciplinar, que não prejudica o apuramento, em sede de processo penal, de eventuais crimes praticados.

O Estado de direito, mais uma vez, tem os seus equilíbrios e, portanto, cria mecanismos exatamente para que o acréscimo de responsabilidade que um agente e uma força de segurança têm também tenha um excesso de escrutínio,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e é perfeitamente normal que assim seja.

Quanto à questão do racismo, e para terminar, queria dizer que uma coisa é falar de racismo em geral, outra coisa é dizer que uma força de segurança é racista.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Ninguém disse isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É perante isso que nós estamos!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é da parte dos senhores, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é do Bloco de Esquerda.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É, é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É do Bloco de Esquerda, ao dizer que a PSP é racista.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

A PSP ser racista é, desde logo, uma ofensa para muitos agentes da PSP que, tendo uma cor de pele diferente da maioria, todos os dias se levantam para prestar serviço em nome de Portugal. E esses agentes, da PSP ou de outras forças de segurança, que têm uma cor de pele diferente da maioria dignificam, ao contrário do que outros fazem, essa pertença a um País que é comum a todos e não discrimina ninguém.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Eventualmente, para infelicidade de todos, o racismo não é exclusivo de um único tom de pele. Há vários tons de pele com vários matizes de racismo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Os brancos também são vítimas de racismo! Basta ver os albinos em África!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então o Bloco não pede uma defesa da honra?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Realizou-se em Braga, no passado fim de semana, o 42.º Congresso Nacional do PSD, reunião magna do Partido Social Democrata, que confirmou a reeleição de Luís Montenegro e a nova composição dos órgãos nacionais.

Gostávamos de expressar, hoje, aqui, na Casa da democracia e da vontade livre do povo português, as principais conclusões deste congresso no momento em que o PSD lidera o Governo da Aliança Democrática. Do congresso ficaram claras as seguintes conclusões: o PSD está, neste momento, a governar para as pessoas; em segundo lugar, o PSD está a fazer a mudança tranquila no nosso país; e por fim, mas não menos importante, o PSD confia nas pessoas, nos portugueses e no futuro de Portugal.

Mas vamos por partes. Ao fim de seis meses, o nosso foco tem sido muito claro: a resolução do problema da vida das pessoas — e darei aqui alguns exemplos, sem querer, naturalmente, ser fastidioso.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Já está a ser!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Nos impostos, baixámos o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) às famílias, já visível, aliás, nos recibos de vencimento dos portugueses do mês passado e deste mês,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ai que lata!...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... garantindo assim mais rendimento à classe média tão fustigada por impostos.

Protestos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Aos pensionistas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, garantimos mais rendimento, mais qualidade de vida, aumentando o complemento solidário para idosos, garantindo medicamentos gratuitos...

O Sr. **Francisco César** (PS): — Gratuitos?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... e garantindo também que o rendimento dos filhos não contava para a atribuição deste importante apoio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas mais, Srs. Deputados, já neste mês, garantimos também um suplemento extraordinário a 2,4 milhões de pensionistas, de entre 100 € a 200 € por cada um deles.

Aos jovens, só neste ano, garantimos mais alojamento estudantil, com 709 camas de alojamento estudantil nas pousadas de juventude e a contratação adicional de 1546 camas por parte das instituições,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... quando nos últimos oito anos a média de novas camas era apenas de 130; mas também a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo, ou a garantia na compra da primeira casa.

Na saúde, com um programa de emergência que, entre 1 de maio e 27 de setembro, já garantiu 31 439 cirurgias oncológicas,...

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

... fazendo o tempo de espera cair quase 37 %, um número que deveria orgulhar esta Câmara naquilo que diz respeito ao combate ao cancro no nosso País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Na mobilidade, ainda nesta semana, com o novo Passe Ferroviário Nacional,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Diz «obrigado», ao menos!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... que por 20 € garante a todos os portugueses a possibilidade de viajar no nosso País, e que em dois dias já permitiu a compra de 3300 novos passes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — De nada, Alexandre! De nada!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas também na Administração Pública — oiçam, Srs. Deputados! —, através de acordos muito relevantes com os professores, com os funcionários judiciais, com as forças e serviços de segurança, com os guardas prisionais, com as Forças Armadas, com os enfermeiros, garantindo melhores serviços públicos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A campanha eleitoral já passou!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Neste ponto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me que realce o seguinte: dizem muitas vezes os partidos da oposição, mas também se diz na opinião pública, que era fácil! Perguntamos: se fosse fácil, porque é que não estava feito?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizem também que somos iguais ao PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora, tal como comprova a primeira questão, se fôssemos iguais ao PS, provavelmente, isto não estava feito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Outra conclusão deste Congresso é a mudança tranquila. Inspiro-me aqui no presidente francês François Mitterrand,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pensei que era no Cavaco!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... que, em 1981, usou o conceito da «força tranquila», para dizer que nós estamos a fazer a mudança tranquila em Portugal.

O Sr. **Francisco César** (PS): — A sério?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — A mudança em concertação, com patrões e sindicatos, com jovens e menos jovens, com quem trabalha no privado e na função pública; a mudança que se faz ouvir, a mudança do diálogo, sem azedume,...

O Sr. **Francisco César** (PS): — Ao que isto chegou!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): —... sem queixume e sem estados de alma; a mudança tranquila, porque ela é urgente e necessária na vida das pessoas. Mas também a mudança em que, como dizia o Presidente Ronald Reagan, «o maior líder não é necessariamente aquele que faz as maiores coisas [...]», é o que faz as pessoas realizarem as maiores coisas.

Aplausos do PSD.

E por isso temos avançado com várias reformas: na imigração, pondo fim ao caos e à bagunça que encontrámos; na economia; na saúde; na justiça e no combate à corrupção; na escola, valorizando as aprendizagens; na habitação — e na habitação em particular! —, com todas as respostas, sem encontrar culpados, garantindo que as respostas privadas, públicas e cooperativas contam; na resposta à crise dos *media*; na cultura; na água; na segurança; com decisões importantes como o novo Aeroporto Luís de Camões, a terceira travessia sobre o Tejo e a alta velocidade Lisboa-Madrid.

Mas permitam-me, Sr.^{as} e Srs. Deputados, referir a segurança. E, se hoje já ficou aqui clara a posição do PSD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a posição?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... permitam-me também dizer que queremos reforçar a visibilidade das nossas polícias na rua, com mais videovigilância, com equipas multiforça, e garantir sem tréguas, como disse

o Primeiro-Ministro, que combatemos a criminalidade violenta, o tráfico de droga, o tráfico e o abuso de seres humanos e a imigração ilegal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou terminar com uma nota: nós estamos confiantes no futuro porque confiamos nos portugueses, no seu talento, no seu esforço, na capacidade de todos os dias gerarem riqueza, porque acreditamos sinceramente que Portugal não pode parar.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Deputado tem sete pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — A um conjunto de quatro e a outro de três, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alexandre Poço, falou das conclusões do Congresso do PSD e disse que o PSD está a governar para as pessoas, então, eu convidava-o a falar sobre a vida das pessoas.

Vivemos em Portugal uma crise de habitação enorme. Os preços das casas não param de aumentar, os salários não chegam para pagar as rendas e, no entanto, em relação a essa matéria o PSD faz zero! Não é bem zero, aliás, porque favorece aqueles que mais têm: neste caso, é uma carta branca ao alojamento local, mas tem zero soluções para as pessoas concretas.

Vivemos em Portugal uma crise na saúde. Há uma crise no Serviço Nacional de Saúde por falta de investimento e de profissionais, por falta de resposta, com urgências encerradas, grávidas que vão passar horas no caminho até serem recebidas, e, no entanto, em relação a isto, qual é a proposta do PSD? Não é zero, mas é a transferência para os privados, é o mais desinvestimento ainda e é favorecer as grandes empresas que negociam seguros de saúde. É basicamente a isto que se resume.

Em relação à injustiça fiscal, às desigualdades, a mesma coisa. Para as pessoas, zero de resposta. Concentração de riqueza, agravamento da desigualdade fiscal, é isso que o PSD apresenta quando apresenta as propostas do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) ou do IRS Jovem.

Portanto, na realidade, o que o PSD trouxe do Congresso como grandes novidades foram duas: uma já referi, que foi a carta branca em relação ao alojamento local, e a segunda, que tem a ver com a disciplina de Cidadania, já aqui hoje foi sobejamente debatida. São essas as grandes novidades, Sr. Deputado Alexandre Poço, e, portanto, o que está a acontecer é uma inversão total das prioridades em relação àquilo que deveria ser resposta para a vida das pessoas.

Por outro lado, estamos a assistir ao PS a dar a mão no Orçamento e ao Chega a ceder o discurso ao PSD. E se houvesse dúvidas em relação a isso, porque já tínhamos tido provas suficientes em relação às migrações, temos agora provas em relação, por exemplo, às questões dos direitos humanos, videovigilância, educação, enfim.

Portanto, Sr. Deputado, é muito claro que o PSD não responde às necessidades das pessoas e também é claro que está a ir para a extrema-direita. Até onde é que vai a rampa deslizante do PSD para o discurso da extrema-direita, Sr. Deputado?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alexandre Poço, cumpre-me aqui saudar democraticamente a realização do Congresso do PSD, cujas conclusões o Sr. Deputado veio apresentar. Já tínhamos tido *RTP Memória*, agora tivemos *Tempo de Antena*, é para isso que esta Casa também serve, faz parte.

Risos do L.

Agora, a pergunta que se coloca é: se o Sr. Primeiro-Ministro, que é um político experimentado, usou o Congresso do PSD para falar de todos esses objetivos de crescimento a longo prazo e se o Sr. Deputado Alexandre Poço, que é um político perspicaz, acha que estavam lá, por que razão é que, a certa altura, o Primeiro-Ministro escolhe fazer do tema do Congresso — porque sabia, certamente, que era daquilo que se iria falar nos próximos dias — uma polémica insuflada, para ocupar o dia a dia no curto-prazismo das televisões e das controvérsias de redes sociais? Serve mal esses objetivos de crescimento e de desenvolvimento, serve mal essa política de futuro, essa tal «força tranquila» de que falou, citando Mitterrand, andar em ziguezagues, todo o tempo, freneticamente, à procura da última polémica do dia para a cavalgar. Deve ser cansativo, Sr. Deputado!

E é por isso que eu proponho, então, que olhemos, de facto, para o futuro. O futuro está, certamente, num novo modelo de desenvolvimento do nosso País, que passe pela economia do conhecimento, pela descarbonização, pela criação de uma economia de alto valor acrescentado, em que, finalmente, os salários possam subir e, através da arrecadação de impostos, possamos ter serviços públicos de excelente qualidade e, através da Segurança Social, consigamos ter a solidariedade com as gerações que nos precedem. Isso é impossível de fazer sem investimento nas áreas que mais retorno dão no mundo.

Está o Sr. Deputado capaz de fazer aqui o compromisso, de estabelecer, de firmar connosco o compromisso de que o investimento em ciência e em desenvolvimento, na investigação científica, vai duplicar, vai pelo menos aproximar-se dos 3 %, que é recomendado pelas organizações internacionais e de que o nosso País ainda está muito longe?

É que eu ouvi ainda há pouco os bolseiros e investigadores de ciência deste País a reclamarem por esse objetivo. E, se calhar, porque não têm a mesma atenção mediática que outras classes têm e porque não têm a mesma capacidade de bloqueio que outras classes têm,...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Isso mesmo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Sr. Primeiro-Ministro não foi atrás. É verdadeiramente lamentável, gostaria que corrigisse isso.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alexandre Poço, em primeiro lugar, queríamos cumprimentar o PSD pela realização do seu congresso.

Sobre as questões que aqui trouxe, em relação às opções políticas por parte do PSD, gostaríamos de dizer o seguinte: a verdade é que, para lá dos anúncios e da propaganda, a área em que o Governo do PSD e do CDS está verdadeiramente a especializar-se e em que, de facto, se empenha para esconder aquilo que falta e aquilo que é preciso — é o que resulta do conjunto das opções e das decisões tomadas, deixe-me dizer, Sr. Deputado, e da sua intervenção — é da realidade de que falou, de realidade ficcionada, porque a realidade da vida das pessoas é todos os dias de dificuldades.

São os salários e as pensões que não dão até ao final do mês; são as dificuldades crescentes no acesso à saúde, no acesso à habitação; é a continuada desvalorização da escola pública. E todos estes problemas concretos ficaram de fora da discussão e da apreciação do PSD no seu congresso. Isto é que é, de facto, a verdade com a qual nos confrontamos. E, mais uma vez, o PSD passa deliberadamente ao lado das

preocupações da vida das pessoas e insiste numa opção que conduzirá a mais desigualdades, a mais injustiças, ao agravamento das condições de vida.

Aliás, aquilo que sobressaiu da discussão foi, efetivamente, o favorecimento dos interesses dos grupos económicos. Esses, sim, estiveram bem presentes e com grande apoio do PSD, mas contam também com o apoio do CDS, do Chega, da Iniciativa Liberal e também do Partido Socialista, segundo consta.

E, portanto, Sr. Deputado, aquilo que queria aqui reiterar é não só a nossa oposição a essas opções, mas a necessidade de uma política alternativa, em que as questões da valorização dos salários e das pensões, a defesa dos serviços públicos, sejam de facto uma prioridade, e é por esses aspetos que vamos continuar a intervir e a lutar.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Alexandre Poço, saúdo também o PSD pelo congresso que realizou. No entanto, não perfilho de algum otimismo que consta das suas palavras, muito pelo contrário.

Seja porque há matérias estruturais, como é o ambiente e o combate às alterações climáticas, que ficaram de fora, e também o combate à violência doméstica, um flagelo que continua a marcar o nosso País e a igualdade de género,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Os animais não têm género, só têm sexo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... em relação ao qual também não houve qualquer opção, seja por aquilo que foi um regresso e um retrocesso, a nosso ver, não só anacrónico, mas também incompreensível, que acaba por ser dar a mão ao CDS e até mesmo ao Chega nesta matéria, que é a questão da disciplina de Cidadania.

E aqui, Sr. Deputado, eu pergunto-lhe, tendo em conta até o seu percurso na Juventude Social Democrata, se não sente que efetivamente estamos a violar o próprio direito internacional, nomeadamente o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que nos diz que a educação sexual deve constar dos programas da escola. De que é que, afinal, o PSD tem medo? De uma sociedade e de jovens e crianças no futuro esclarecidos...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nada disso, pelo contrário!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e que sabem os seus próprios direitos, nomeadamente naquilo que diz respeito ao próprio abuso infantil e à violência doméstica que tem lugar nas casas?

E mais, antes que se levantem a pedir que deixem as crianças em paz, eu recorro que a nossa Constituição prevê, no artigo 69.º, precisamente que cabe ao Estado e à sociedade ajudar as crianças e os jovens e dar resposta aos seus direitos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Família, Sr.^a Deputada, família!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.^a Presidente, agradeço as questões efetuadas pela Sr.^a Deputada Marisa Matias, Sr.^a Deputada Paula Santos, Sr. Deputado Rui Tavares e Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Vou tentar dividi-las em três blocos. Relativamente às questões do Bloco de Esquerda e do PCP, estamos naturalmente nos antípodas das soluções apresentadas para aquele que deve ser o nosso modelo de desenvolvimento e de entrega de bem-estar e qualidade de vida aos portugueses. Quem ouve as vossas

intervenções e possa não ter ouvido aquilo que eu disse ali de cima, da tribuna, pensa assim: «Bom, mas não houve nenhuma política pública, não houve nenhuma decisão que impactasse os rendimentos,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... o dia a dia das pessoas com mais baixos rendimentos? Mas estamos no mesmo debate?»

E, portanto, vou ter de repetir e acrescentar mais um dado. Por exemplo, relativamente aos pensionistas, acredito que seja uma preocupação dos vossos dois partidos, mas este Governo está comprometido, desde a primeira hora, com o aumento dos rendimentos dos pensionistas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com rendimentos mais baixos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... nomeadamente dos pensionistas com os rendimentos mais baixos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com maiores dificuldades.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... que têm maior dificuldade de garantir que conseguem pagar a sua vida, as suas refeições e os seus medicamentos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Trouxemos aqui propostas, quero ver como é que vão votar!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não há uma referência, da vossa parte, a este propósito.

Mas ainda sobre habitação, não há, também, uma única referência ao facto de este Governo, por decisões já tomadas por este Governo, garantir que, por exemplo, a resposta de casas por parte do Estado aumentará não para mais 26 000, mas para mais 59 000 casas, com o reforço de 33 000 casas de oferta pública, criado por decisões do atual Governo da AD (Aliança Democrática).

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portanto, aquilo que me faz alguma confusão é perceber — nós podemos ter muitas diferenças, e é normal que tenhamos — que não existe qualquer tipo de referência àquilo que está a ser feito, nomeadamente para ajudar aqueles que mais precisam. Confesso que tenho alguma dificuldade em lidar com isso.

Sobre o Sr. Deputado Rui Tavares, eu pensava que o Sr. Deputado ia falar da boa vontade e da grande decisão que o Governo tomou relativamente ao passe ferroviário verde, que já teve mais de 3300 pessoas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Faltou o agradecimento!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: ficava bem; 3300 pessoas, desde segunda-feira.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tinha ficado bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Relativamente aos bolséis de investigação, nós só temos a agradecer, porque o Sr. Deputado andou vários anos numa tentativa, seja em coligações autárquicas, seja até a aprovar Orçamentos do Estado, seja a prever geringonças futuras,...

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... mas nunca conseguiu, com a sua influência, garantir que o Partido Socialista fazia acordos com classes profissionais. E, portanto, nós agradecemos o crédito que coloca neste Governo, para também irmos aos bolséis de investigação.

Aplausos do PSD.

Protestos do L.

E, portanto, vamos também olhar para os bolséis de investigação, como sabe.

Sobre violência doméstica, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, eu sei que não esteve lá presencialmente, mas penso que o congresso foi transmitido nas redes sociais e nas televisões. O Sr. Primeiro-Ministro anunciou uma duplicação do apoio às vítimas e também a garantia de mais recursos financeiros, de modo a assegurarmos que um crime indesculpável tem por parte das autoridades públicas a melhor resposta possível. Sr.^a Deputada, não sei onde é que andou.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedo Pinto** (CH): — Não vi o congresso, mas vi o Benfica!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos ao segundo grupo de pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.^a Presidente, começo por saudar o PSD pelo seu congresso, a recondução do seu líder, Luís Montenegro, como Presidente do PSD, e saudar também a sua eleição como Vice-Presidente do PSD e desejar sucesso para o mandato que agora vai iniciar.

E vamos, então, analisar aquelas que foram as conclusões do Congresso do PSD que partilhou hoje conosco. Portanto, eu vou seguir exatamente aquilo que partilhou ali, na tribuna. Falou de baixar o IRS, mas está a aproveitar-se, obviamente, do facto de ainda só ter havido um recibo de vencimento para as pessoas verem aquilo que estão a gastar ou a poupar, porque no próximo já sabemos que vão voltar a perceber que foi uma coisa muito pouquinho.

Depois, falou de pensões, do complemento extraordinário, dos jovens, do alojamento estudantil, de mais camas de alojamento estudantil, da saúde, do plano de emergência... Quer dizer, nós sabemos, o plano de emergência falhou, as urgências continuaram fechadas, criaram apenas uma linha telefónica, não criaram mais obstetrícia para as grávidas.

Depois, falou do passe ferroviário, outra vez de mais procura, em vez de tratarem da oferta.

Depois, falou da função pública, deu vários exemplos, todos eles, obviamente, aumentam a despesa, e nunca falam de outra parte da reforma para conter a parte da despesa.

E, enquanto o Sr. Deputado falava aqui deste conjunto de medidas, estava eu a pensar: «Isto faz lembrar o PS, quando vinha aqui no mandato anterior, após congressos ou após jornadas parlamentares, fazer um pouco este discurso», ao que o Sr. Deputado Alexandre Poço diz, lá de cima: «E depois acusam-nos de sermos iguais ao PS.» Já estava a prever! E eu pensei: «Pronto, *ok*, então eu não vou dizer que são iguais ao PS.» Mas o Sr. Deputado Alexandre Poço, a seguir, cita François Mitterrand, um grande socialista.

Risos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E Ronald Reagan!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E eu pensei: «Não está fácil encontrar aqui o raciocínio.» E depois, logo a seguir, vai para Ronald Reagan. Ah, então é tipo estar bem com Deus e com o diabo. *Ok!* E depois, a seguir, falou da segurança e das migrações.

Mas eu quero mesmo falar é daquilo que não esteve presente no seu discurso, ali em cima, na tribuna, nem no congresso. Duas palavrinhas apenas: crescimento económico.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — O problema é que nem está no Orçamento!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Onde estava? Nem no Congresso, nem aqui hoje. E porquê? Porque recuaram completamente no IRC, que é uma ferramenta para fazer o crescimento económico, e nada fizeram para simplificar a vida das empresas. Portanto, sobre isso, uma pergunta, Sr. Deputado: para quando o crescimento económico?

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, gostaríamos também de cumprimentar e saudar o PSD pelo congresso que teve neste fim de semana e saudamos também a forma como o Governo da Aliança Democrática, o Governo do PSD e do CDS, tem vindo a governar para resolver os problemas dos portugueses.

E das sete medidas que foram apresentadas pelo Presidente do PSD e atual Primeiro-Ministro, nós gostaríamos de destacar três medidas que são muito caras ao CDS e que correspondem a bandeiras antigas do meu partido.

Desde logo, o reforço do policiamento de rua...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e a aposta na videovigilância.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eu recordo que o CDS, desde 2010, propõe um plano nacional de videoproteção, para reforço da segurança dos cidadãos, e vemos com gosto que este Governo está a implementar esse mesmo reforço.

Em segundo lugar, a construção de dois centros de instalação temporária para imigrantes ilegais ou irregulares. Consideramos que este é um passo fundamental para reforçar a regulação na entrada e o humanismo na integração, outra bandeira antiga do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a terceira medida que eu gostaria de salientar tem a ver com o compromisso na liberdade e na educação, desde logo, libertando as nossas crianças a partir dos três anos da imposição da ideologia de género e de sexualidade sem o consentimento dos seus pais e, em segundo lugar, alargando os contratos de associação ao pré-escolar. São também bandeiras do CDS desde sempre, que o CDS saúda vivamente no discurso do Presidente do PSD.

Estamos a falar de bandeiras que são nossas, bandeiras que são de sempre e que revelam os nossos valores de sempre.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, do Grupo Parlamentar do PS. Faça favor.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar a bancada do PSD pela realização do seu congresso e cumprimento o Deputado Alexandre Poço por ter sido eleito vice-presidente.

Sr. Deputado, um congresso é sempre uma oportunidade para falar ao País, e eu achava importante que o PSD tivesse verdadeiramente falado ao País. Era importante dar explicações ao País.

O Sr. Deputado veio aqui numa segunda tentativa, como se houvesse uma segunda oportunidade para uma primeira boa impressão, tentar falar ao País sobre aquilo que não foi lá falado. Parece que o Sr. Deputado saiu do congresso, mas o congresso não saiu absolutamente nada de si.

Pois bem, Sr. Deputado, nós estávamos à espera que viesse falar aqui da saúde. Bom, a saúde não melhorou; piorou com as vossas medidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos dos Deputados do PSD Carlos Reis e Paulo Cavaleiro.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Eu estava à espera que o Sr. Deputado viesse falar de educação. Bom, a educação não melhorou; a educação piorou com as vossas medidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Francisco César** (PS): — A habitação, Sr. Deputado? A habitação piorou, e muito, depois das vossas medidas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Dê provas disso!

O Sr. **Francisco César** (PS): — E o Sr. Deputado vem aqui falar de rendimento, de IRS. Aliás, nós ficamos na dúvida sobre aquilo que querem falar de IRS, ou seja, sobre se estão a falar da primeira medida de mais de 1000 milhões do Partido Socialista, ou da segunda medida, aprovada aqui no Parlamento, sob proposta do Partido Socialista,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Que vocês votaram contra!

O Sr. **Francisco César** (PS): — ... que, aliás, os senhores votaram contra.

Sobre os pensionistas, vêm falar de quê? Do rendimento extra ou da próxima remuneração que vão ter no próximo mês, que vai ser mais baixa?

E sobre o alojamento estudantil, Sr. Deputado? Os senhores estão, aliás, numa fase extraordinária. Com a maior desfaçatez, inauguram e anunciam coisas que o Partido Socialista tem vindo, sucessivamente, a anunciar.

Aplausos do PS.

Além disso, os senhores vêm aqui disfarçar o vosso Orçamento. Este Orçamento é calamitoso, Sr. Deputado! Aliás, nem o Presidente do Governo Regional dos Açores,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Oh...!

O Sr. **Francisco César** (PS): — ... nem o Presidente do Governo Regional da Madeira conseguem falar bem dele.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Oh...!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Mas o senhor consegue!

Mas o que é que interessa, o que é que é importante e o que é que faz levantar o Congresso do PSD? Cidadania, a disciplina de Cidadania. Diga-nos lá: porque é que isso é mais importante?

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para libertar as crianças!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, Paulo Núncio, do CDS, e Francisco César, do PS, tentarei responder ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, dizendo-lhe que, como sabe, nós somos um partido equilibrado, reformista e, portanto, no meu discurso tive a capacidade de citar, sim, Mitterrand, mas também de citar Ronald Reagan, e o Sr. Deputado, provavelmente, esqueceu-se.

Mas deixe-me dizer, e vou repetir: no próximo Orçamento do Estado — e eu penso que esta devia ser uma medida cara à Iniciativa Liberal —, está uma redução de mais de 1000 milhões de euros de IRS,...

Protestos da IL.

... está uma atualização dos escalões de IRS em mais do dobro da taxa de inflação prevista e também está uma redução da taxa de IRC.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E por iniciativa de quem?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portanto, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, está lá a redução de impostos para as famílias, para os jovens e para as empresas. Penso que a Iniciativa Liberal devia ter um sentido positivo na avaliação destas medidas.

Sr. Deputado Paulo Núncio, quero, em nome da bancada do PSD, agradecer ao CDS-PP e ao seu grupo parlamentar o facto de estarem a ser um parceiro importante e fundamental nesta viagem que a Aliança Democrática tem percorrido ao longo dos últimos meses para, mais uma vez, levarmos este País na senda do crescimento.

Por fim, Sr. Deputado Francisco César, confesso que, às vezes, ao ouvir o Partido Socialista... Aliás, estava aqui há pouco o Deputado Marcos Perestrello, e lembrei-me de que, no passado, ele utilizou esta expressão num debate parlamentar. Ao ouvir aquilo que o Partido Socialista diz, e ouço com muita atenção e respeito democrático, o Partido Socialista parece — daí a referência ao Deputado Marcos Perestrello, porque ele já usou esta expressão, não é minha, mas, se calhar, também não é dele, deve ter direitos de autor de outra pessoa —, em muitas discussões, aquele louco no meio da ponte que não sabe se há de ir para a frente ou se há de ir para trás.

O Sr. **Francisco César** (PS): — O senhor é que citou Mitterrand!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Se o Governo está a concretizar projetos, acusam-nos de estar a inaugurar. Mas, Sr. Deputado, este País é uma continuidade. Ou as obras públicas são do PS? Não, as obras públicas são pagas com os impostos dos portugueses.

Aplausos do PSD e de CDS-PP.

Sr. Deputado, vou perder o último minuto a falar de dois temas.

O Sr. Deputado diz que nós estamos isolados, que não falamos para o País. Bom, não é esse o entendimento que têm os sindicatos, não é esse o entendimento que têm os patrões, não é esse o entendimento que têm os enfermeiros, não é esse o entendimento que têm os professores,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é?!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... não é esse o entendimento que tem o setor social, não é esse o entendimento que têm as Forças Armadas.

Vozes do PS: — É, é!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portanto, eu não sei em que país é que os senhores dizem que nós estamos isolados, porque, neste momento, somos a única força política que consegue dialogar com toda a gente.

Aplausos do PSD.

E, Sr. Deputado, termino com esta nota sobre alojamento estudantil. Sr. Deputado, eu referi, no meu discurso, o número de camas que já garantimos para este ano letivo: 709 em pousadas de juventude e 1546 que podem ser contratadas por instituições de ensino superior.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Podem, podem...!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Deputado, estes números — 709 e 1546 — comparam com 130 por ano nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passarmos à próxima declaração política, a Mesa informa a Câmara de que temos presentes nas galerias o Grupo Coral de Ourique e o Grupo Cantares de Évora, que a Assembleia saúda.

Aplausos gerais, de pé.

Vamos, então, passar à próxima declaração política. Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se há político português conhecido pela agressividade e até acidez no combate político, esse político chama-se Paulo Rangel e é atualmente Ministro de Estado e dos Negócios de Estrangeiros.

Quando olha para um adversário, Paulo Rangel atira-se logo à jugular. No Parlamento Europeu, aliás, usou muitas vezes aquele palco para o combate político interno, algumas vezes até no limiar do interesse nacional.

O Sr. **Francisco César** (PS): — É verdade!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Mas é preciso dizer ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros que os militares da Força Aérea não são seus adversários...

Aplausos do PS.

... e que, ao desrespeitar militares em serviço, o Ministro enfraquece a sua própria autoridade e compromete a perceção pública sobre a relação entre os responsáveis políticos e as Forças Armadas, que deve ser pautada por respeito mútuo e por cooperação — estas últimas palavras não são minhas; são do anterior Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro, mas que eu subscrevo integralmente.

O que se poderá ter passado na cabeça do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros para achar que podia destratar militares que cumprem a sua missão e comandantes que procuram acalmar a situação?

Ao rejeitar as normas, o Ministro aparenta não compreender que, num Estado de direito, a lei é igual para todos, e todos têm de a cumprir.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — O Ministro aparenta não compreender a sua autoridade em relação às Forças Armadas, aparenta não compreender que existe uma fronteira entre o poder civil e o poder militar, que não pode nunca ser ultrapassada, porque se os políticos definem a política militar, são os militares que executam a política militar, e qualquer confusão nesta fronteira é geradora de grandes problemas no Estado de direito.

O Sr. Ministro aparenta não compreender a importância da autoridade, da hierarquia e da disciplina militares e que colocá-las em causa pode ter efeitos graves na estabilidade do Estado de direito.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

O silêncio do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sobre a sua alegada falta de respeito ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, ao Comandante do Aeródromo de Figo Maduro e aos militares responsáveis pela segurança do Aeródromo de Figo Maduro é um silêncio comprometedor e envergonhado.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Aos militares desrespeitados, manifestamos o apreço pela manutenção da disciplina e do aprumo militar numa ocasião difícil. Ao Ministro, que os desrespeitou, exigimos explicações e um pedido de desculpas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa regista três pedidos de esclarecimento. Pergunto ao Sr. Deputado como pretende responder.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, em conjunto aos dois primeiros e depois ao último.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Com certeza, Sr. Deputado.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Marcos Perestrello, fiz questão de, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, ser eu próprio a fazer este pedido de esclarecimento em relação à declaração política do Partido Socialista, para assinalar, de forma formal, o estado a que chegou o Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Vai-lhe dar a mão no Orçamento!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Partido Socialista, partido fundador do regime, traz hoje a esta Câmara, a este Plenário, a notícia do tabloide. É isto que o Partido Socialista tem de relevante, do ponto de vista da atualidade política, para trazer ao Parlamento.

Protestos do PS.

Sabe, Sr. Deputado Marcos Perestrello, de facto, a grande resposta de elevado sentido de Estado que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros deve dar a tudo aquilo que aconteceu é, manifestamente, o silêncio e não alimentar, precisamente, uma polémica absolutamente estéril.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas aconteceu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em que é que está em causa o respeito, a consideração, a dignidade das Forças Armadas e o respeito total pela separação de poderes? O que é que o Sr. Deputado Marcos Perestrello sabe, viu ou ouviu, que não há nenhuma Deputada nem nenhum Deputado nesta Câmara que saiba?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fizeste a tropa onde?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Marcos Perestrello, falar da autoridade no exercício das funções públicas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não vale a pena!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... ou, como disse, proclamar que a lei é igual para todos, faz-me lembrar — quer a autoridade, quer a lei ser igual para todos — dois casos do Partido Socialista.

Um, com o pai fundador do Partido Socialista. Quem não se lembra, no País, do respeito que Mário Soares demonstrou pelas forças da autoridade quando desceu as escadas do autocarro para desrespeitar, precisamente, as forças e os serviços de segurança?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dois, quem não se lembra do desrespeito do prestígio da autoridade do exercício das funções quando no Ministério das Infraestruturas, no anterior Governo, havia bicicletas a irem contra os vidros?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto é que é o respeito pela autoridade e pelo exercício das funções?

Protestos do PS.

Srs. Deputados do Partido Socialista, um pouco de decoro, um pouco de respeito democrático e um pouco de respeito pelo prestígio das instituições é o que se exige.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Marcos Perestrello, de facto, este caso parece estar envolto num conjunto de incompreensões.

Primeira incompreensão: como é que o Sr. Ministro se dirige, nos termos que foram noticiados, e que eu me vou privar de repetir, ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves?

Segunda incompreensão: porque é que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros quer afrontar o protocolo da Força Aérea?

Mas há duas outras incompreensões, e é sobre essas que lhe queria fazer uma pergunta, Sr. Deputado. A terceira incompreensão é sobre o silêncio do Comandante Supremo das Forças Armadas, o Sr. Presidente da República, que, normalmente, é pouco dado ao silêncio, como sabemos. E a quarta incompreensão é relativamente ao Sr. Ministro da Defesa, também pouco dado ao silêncio, que nada disse sobre esta matéria. Pergunto: não estranha estes silêncios, Sr. Deputado?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente. Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, talvez o Sr. Deputado Hugo Soares não esteja a ver o problema no prisma correto.

Foi o silêncio do Sr. Ministro, é o silêncio do Sr. Ministro, que está a alimentar o tabu em volta desta questão, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado aqui referiu.

Gostei do seu registo histórico. Por momentos, pensei que fosse invocar os problemas que nasceram com a nossa nacionalidade, com o filho a bater na mãe.

Risos.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Enfim, o Sr. Deputado não recuou 900 anos na história, recuou 40. Mas nada do que o Sr. Deputado aqui disse tapa aquilo que aconteceu: houve uma situação de desrespeito pela hierarquia militar que põe em causa a forma como se relaciona o poder político com as Forças Armadas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas como é que sabem?!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sabemos pelo silêncio.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, é o silêncio!...

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Estas palavras não são só minhas; estas palavras e este caso foram tornados públicos por um antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então é o silêncio!...

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — ... cuja palavra registo, prezo e à qual não podemos ficar indiferentes. Tenho de concordar com a Sr.^a Deputada Marisa Matias: realmente, há silêncios que são estranhos.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Claro!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Ao Comandante Supremo das Forças Armadas compete defender o prestígio das Forças Armadas. Este é o mesmo Comandante Supremo das Forças Armadas que aparenta alguma dualidade de critérios, porque, no anterior Governo, preocupou-se com as ações de um assessor de um ministro, e, neste Governo, não se preocupa com as ações de um Ministro que, ainda por cima, é de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Grupo Parlamentar do Chega. Tem 2 minutos.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Marcos Perestrello, muito obrigado por ter trazido este assunto à Câmara, sobretudo quando ainda hoje fizemos um requerimento para que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros venha, em sede de 3.^a Comissão, explicar-se sobre os assuntos do dia 4 de outubro.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, ao longo dos últimos 50 anos, com responsabilidades do PS e dos seus companheiros de caminho, bem como do PSD, temos assistido a um ataque ao exercício da autoridade do Estado e dos seus agentes. Professores e agentes de segurança têm visto a legitimidade da sua ação diminuída, ao ponto de se privilegiar o infrator e condenar quem nos protege.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Infelizmente, isto vai ao ponto de governantes destratarem chefes militares, dando o exemplo daquilo que não deve ser feito. Ao destratarem um chefe militar, destratam uma instituição nacional e, dessa forma, destratam a Nação.

Aplausos do CH.

No entanto, não se passa nada, é um «não-assunto», como foi afirmado.

Quando precisamos de ver o poder político a não tergiversar nesta matéria, ouvimos falar de fruta podre e, uma vez mais, coloca-se o ónus, ou, no mínimo, o vírus da desconfiança, naqueles que nos guardam e não naqueles que pretendem ver a ordem social destruída.

O Chega não pactua, nem pactuará, com esse discurso. Estaremos sempre do lado da lei e da ordem,...

Aplausos do CH.

... mesmo que, e sobretudo se, o transgressor for um ministro.

Para nós, tal governante não é digno de exercer essas funções.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, que pretende o PS fazer para que a ordem e o respeito institucional sejam repostos? Acompanhar-nos-á no pedido de demissão dos responsáveis políticos que fazem mau uso da sua autoridade pública?

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, a questão que coloca é muito pertinente e fez bem em lembrar que o Chega apresentou um requerimento para a audição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a propósito deste incidente com os militares da Força Aérea.

O Partido Socialista apresentou um requerimento no mesmo sentido. Creio que o vosso foi apresentado na Comissão de Defesa Nacional e o nosso na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Com certeza, se nada no texto for muito estranho, nós votaremos favoravelmente o vosso e, provavelmente, o nosso também será aprovado, e estarão criadas condições, idealmente, para uma audição conjunta.

Protestos do Deputado do PSD Miguel Santos.

Essa audição, penso eu, será também viabilizada pelo PSD, uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro acaba de invocar a existência de uma audição no Parlamento para não se pronunciar sobre o assunto e apenas reiterar a confiança no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Já agora, fazia um apelo ao PSD não só para viabilizar essas audições, mas também para contribuir positivamente para que o seu Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros venha ao Parlamento, concretamente à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, fazer as audições regimentais a que está obrigado.

Vozes do PS: — Exatamente!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Já agora!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente! Pare de fugir!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Deputado Hugo Soares, já passou abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, e estamos no final de outubro. Nunca o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros entendeu necessário vir à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas prestar esclarecimentos sobre a situação política.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Num contexto político em que a Europa está em guerra, o Médio Oriente está em crise, a arder, e a Rússia acaba de promover uma importantíssima cimeira para a sua perspetiva, que pode pôr em causa a ordem internacional em que vivemos, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros acha que ao Parlamento não tem de dizer nada.

Aplausos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

Talvez este incidente seja a ocasião para que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros venha à Comissão de Negócios Estrangeiros prestar esclarecimentos sobre o que anda a fazer.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Respondidos os pedidos de esclarecimento, tem lugar a próxima declaração política.

Para o efeito, pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Ireneu, Fábio, António, Vânia, Carlos, Nuno, Bruno, David. Esta lista podia continuar às dezenas, aos mais de 30, só entre 2000 e 2022.

«De quem são estes nomes?», pergunta a Câmara. Estes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são homens e mulheres polícias mortos ou assassinados no cumprimento do dever. Antes de edificarmos ou louvarmos qualquer bandidagem, devíamos prestar homenagem a estes homens e mulheres que morreram por nós e ao nosso serviço.

Aplausos do CH, de pé.

Carlos é um destes homens. Carlos Caetano é o seu nome. Abordou um veículo que estava em andamento e foi imediatamente alvejado. O colega que andava com ele teve de o pôr na bagageira do carro, repito, teve de o pôr na bagageira do carro. Transportou-o para uma zona industrial. Este colega levou, depois, um tiro no pescoço e ali ficou, à espera de ser salvo.

Como é que nesta Câmara, nesta Casa, com histórias e histórias que se repetem, com homens e mulheres com rosto e com nome que estão ao nosso serviço, não se começa hoje o debate só com isto: «Obrigado a todas as forças da autoridade»?

Aplausos do CH.

Mas não. Ou porque é negro, ou porque é cigano, ou porque é imigrante, tudo serve para atacar a polícia. Todas as circunstâncias servem para dizer que a polícia foi racista, que esqueceram a sua condição de polícias e de seres humanos. Qualquer influência ou acontecimento com uma minoria em Portugal passou a dar origem a um imediato anátema e a uma culpa enorme sobre a polícia.

Após o que aconteceu na segunda-feira em Portugal, não basta ao Governo dizer «vamos ver», não basta dizer «vamos esperar», não basta dizer «vamos conter». Não! O Governo e o Parlamento têm de dizer isto: ao lado da polícia sempre! E quem destrói autocarros e vias públicas ou esfaqueia é levado para a prisão. É isso que tem de acontecer e é esse o caminho que se deve percorrer em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, nas últimas horas, foram incendiados autocarros, bombas de gasolina foram ameaçadas, casas foram atacadas, vias públicas foram cortadas, homens e mulheres foram agredidos ou esfaqueados.

Não é preciso procurar muito para encontrar o que tenho aqui.

O orador exibiu um documento.

O que tenho aqui é o que está a ser organizado para esta noite e para a próxima.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Irresponsabilidade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Numa declaração pouco habitual, vou ler, para que a Câmara saiba o que se está a preparar em Portugal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Irresponsabilidade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Vamo-nos unir todos e explodir Lisboa inteira esta noite». Repito: «Vamo-nos unir todos e explodir Lisboa inteira esta noite.»

«Amanhã é quinta-feira. Todos os caminhos são para levar a Lisboa, para destruir tudo, que eles merecem.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem noção do que faz! Insensatez!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o melhor ainda está para vir, Srs. Deputados, e eu gostava mesmo de ler.

«Saíam para o Rossio, saíam para o Marquês de Pombal, destruam toda a Avenida, destruam todas as lojas, ataquem as câmaras municipais, partam montras, entrem em lojas, o seguro paga tudo e sai tudo dos bolsos do Estado português. Não se preocupem, que os proprietários ou os portugueses não de pagar. Deem

com pedras e garrafas nos bófiás, arranjam morteiros e foguetes, façam pânico nas ruas de Lisboa. Vamo-nos unir, porque a união faz a força.»

Meus amigos, isto não são vítimas, não são «Odaíres», é bandidagem que está a destruir o nosso País! É bandidagem que está a destruir o nosso País! Bandidagem!

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — És um Nero! És um candidato a Nero, tu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Com isto, o Estado só tem motivo e força para atuar. Sabe o que se está a organizar, sabe quem o está a fazer e sabe quem o está a promover. É parar a tempo e sabermos conter quem tem de ser contido.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, a solução para a polícia não é mais ciganos nem LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros) na suas fileiras; a solução para a polícia não é tirar-lhes as armas e dizer-lhes para combaterem o crime de uma forma qualquer, como puderem ou como entenderem; a solução para a polícia não é dizer «aguentem e vivam em camaratas miseráveis, enquanto todos os outros se sentem a subir no elevador social».

Nós temos de ter soluções para a polícia. Isso significa que estes homens e mulheres, que ganham miseravelmente, que vivem miseravelmente nas grandes cidades, precisam que esta Câmara lhes dê hoje o sinal de que, apesar de mal pagos e abandonados, têm ao menos o suave conforto, a suave sensação de que, em vez de fazermos o anátema de sempre, lhes diremos: «Estamos ao vosso lado. Atuem, porque agora é o momento de fazer valer a força do Estado, agora é o momento de fazer valer a força do Estado de direito, agora é o momento de fazer com que isto não aconteça mais nas nossas ruas e nas nossas cidades. Este é o momento e nós estamos ao vosso lado neste momento!»

Aplausos do CH.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, as noites que se seguem serão como a história o entender. Em qualquer caso, ninguém sabe, à hora a que aqui estamos, o que sucederá.

Sabemos uma coisa: a história definirá os lados, as circunstâncias e os acontecimentos.

De um lado, a violência bruta...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH, de pé.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado André Ventura tem três pedidos de esclarecimento. Agradeço que nos diga como pretende responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Primeiro a dois e depois a um, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, então, a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado André Ventura, aquilo que o Sr. Deputado fez aqui hoje — e fá-lo recorrentemente em situações deste género — foi aproveitar-se do medo e da instabilidade para pôr uns contra os outros.

Protestos de Deputados do CH e contraprotestos da IL.

Da mesma forma que critico com veemência...

Continuação de protestos de Deputados do CH e contraprotestos da IL.

Da mesma forma que critico com veemência o discurso do Bloco de Esquerda, que inflama e legitima motins e instabilidade social, critico aquilo que o Sr. Deputado disse. Com as suas palavras, aquilo que o Sr. Deputado faz, no fundo, é legitimar e promover terrorismo de Estado, é legitimar e promover abusos e desproporcionalidade no uso da força.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quando precisares dos polícias, lembra-te disso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sem saber dos factos, ainda com um inquérito a decorrer, já o Sr. Deputado absolveu o agente, da mesma forma que o Bloco de Esquerda já o condenou.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O nosso País e todos aqueles que aqui vivem merecem muito mais do que o populismo incendiário dos extremos.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A tua pergunta é...?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, como primeira nota, penso que a Câmara não pode hesitar 1 segundo no repúdio firme das declarações de V. Ex.^a, quando, de forma atentatória ao Estado de direito, com violação da presunção de inocência de todos os envolvidos — os que perderam a vida, os agentes das forças policiais —, proclamou, de forma inaceitável, que aqueles que estão a ser investigados, estando os factos ainda a ser apurados, ao invés de serem sujeitos ao escrutínio e à responsabilidade do Estado de direito, devem ser condecorados por factos que ainda não soubemos apurar.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Não só é atentatório destes princípios, como tem uma desumanidade que é difícil de caracterizar, em momentos em que famílias fazem o seu luto, em que comunidades tentam resistir à desagregação do seu ambiente e da sua realidade, em momentos em que devíamos estar com elas ao invés de acicatar e promover mais desordem e mais dificuldade entre elas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — «Sempre» é uma palavra que devemos evitar. O tremendismo e o absolutismo nada trazem de vantajoso a nenhuma comunidade, em momento algum. Os cidadãos falham, as polícias falham, somos todos seres humanos, e, no fim desta humanidade, há pessoas que perdem as suas vidas. A percepção do momento e da gravidade dos momentos deve pesar nas palavras de todos os que usam da palavra nesta Câmara, por isso, a contenção que lhe falhou hoje é algo que em nada contribui para a vida desta comunidade, para a vida desta República, para os direitos destas pessoas aqui, em Portugal.

Aplausos do PS e da Deputada da IL Mariana Leitão.

Mas, mais do que isto, o Sr. Deputado repete, com mestria, o manual do fascismo dos anos 30,...

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

... da criação artificial, da mentira, da instigação da violência, do ódio, tentando dividir o que não deve ser dividido. Ao invés de proteger, acarinhar e criar comunidades, vem trazer o mal, vem trazer o medo...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e, com isso, vem tentar lançar portugueses contra portugueses, cidadãos que devem estar do mesmo lado da barricada.

Protestos do CH.

Aqui não é a história que nos vai julgar. Quer dizer, poderá julgar, mas não é a história que vai escolher os lados; a história é irrelevante.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A vocês vai-vos julgar muito!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Todos nós, individualmente, é que vamos escolher se queremos ajudar a cavar trincheiras ou se queremos ajudar a construir uma comunidade, a sarar feridas, a ajudar pessoas, como os presidentes das associações de moradores, que — esses sim — têm falado em nome das suas comunidades, para todo o País, e que merecem o nosso apoio inquebrantável pela vida, pela liberdade dos portugueses.

Aplausos do PS, da IL e do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, não fomos nós que metemos uns contra os outros.

Houve quem saiu de casa ontem para impedir pessoas normais de ir trabalhar ou de regressar a casa; houve quem mandou sair de um autocarro em movimento um conjunto de cidadãos que voltava à sua casa, depois de ganhar salários miseráveis. Foram parados no meio da estrada, foram sacados do autocarro — um autocarro que depois foi incendiado. Desculpe lá, mas não é uns contra os outros: é o Estado de direito contra a bandidagem. Essa é a grande diferença!

Aplausos do CH, com o Deputado Marcus Santos de pé.

Mas nós sabemos mais! Nós sabemos mais! Diz que não se sabe dos factos, mas há coisas que sabemos: sabemos que este homem atacou os polícias com uma arma branca e sabemos que desobedeceu ao seu comando e à sua paragem. Isto já são factos suficientes para que, se o líder da Iniciativa Liberal aqui estivesse, já que gosta tanto de me copiar, o dissesse, mas como não tem coragem, não diz, e deixa para mim dizê-lo.

Aplausos do CH.

Protestos da IL.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não se percebe nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Talvez o oiçamos hoje, nalgum canal, a dizer o que eu estou aqui mesmo a acabar de dizer.

Risos do CH.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, sim, entendemos que a condecoração não é de nenhum manual. Sabe qual é a condecoração? Não é do fascismo, nem dos anos 30, nem do comunismo dos anos 50, de que o Sr. Deputado gosta tanto. Não é disso.

Risos do CH.

Sabe do que é que é esta condecoração? É porque este homem se atravessou por nós, é por isso que o queremos condecorar!

Aplausos do CH.

Protestos das Deputadas do PS Alexandra Leitão e Isabel Alves Moreira.

Porque ele se atravessou por nós! Porque ele se atravessou por nós! Porque ele se atravessou por nós! Ele, com este salário miserável que o seu Governo lhes deixou, mesmo assim, arriscou a vida dele, na segunda-feira, para pôr fim a um ato criminoso.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Como é que sabe?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muitos outros, se calhar, olhariam para o lado, mas este não! Este «deu o corpo às balas»! Este deu o corpo à definição do que é ser polícia. «Deu o corpo às balas» e deu-vos um estalo na cara, a dizer: «Veem? É assim que se é polícia em Portugal! É assim que se é polícia em Portugal!»

Aplausos do CH.

Mas esta nunca tinha ouvido! Não sei se é do fascismo dos anos 30 ou não, eu não era nascido.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sabes, sabes!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado!

Protestos do CH e contraprotestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sabes muito bem! Sempre soubeste e usas!

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora, «pessoas que devíamos proteger e acarinhar»?

Risos do CH.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Qual é a graça?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado, vou dizer-lhe uma coisa, com toda a franqueza: estas pessoas que andam a incendiar autocarros, que andam a ameaçar destruir Lisboa inteira, que andam a

ameaçar destruir a sua casa, as lojas, e andam a dizer que nós pagamos, porque eles têm seguro, não, esta bancada nunca os vai acarinhar. Quando puder, vai mandá-los para a prisão.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, façam favor de deixar o Sr. Deputado Rui Tavares fazer o seu pedido de esclarecimento. Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, o Sr. Deputado André Ventura disse, ainda há pouco, ao encerrar a sua intervenção, que os próximos dias serão aquilo que a história decidir.

A história fazemo-la nós, nós somos agentes da história. Cada um e cada uma de nós tem a obrigação moral de escolher que pedra quer pôr no caminho da história, que caminho quer abrir no destino da história. Aquilo que fizemos e dissermos hoje, na Casa da democracia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E lá fora também!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... enquanto representantes de todos os portugueses, influencia o que acontecerá, ou não acontecerá, nos próximos dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São vossos amigos e do Bloco de Esquerda!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Sr. Deputado escolheu como é que gostaria de influenciar a história. O Sr. Deputado leu incitações ao ódio e à violência.

Protestos do CH.

Leu-as dali da tribuna, difundiu-as, propagou-as, e não disse de onde vinham. Podem ser falsas, podem não ser. Utilizou o seu tempo na tribuna da Assembleia da República, manchando aquela tribuna com as suas palavras, difundindo ódio.

Aplausos do L e do PS.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado poderia muito bem ter estado do lado dos filhos de quem perdeu um pai. Nós estamos do lado de quaisquer filhos que tenham perdido um pai! Nós dizemos a esses filhos que perderam um pai, fosse polícia ou civil, que «a sociedade está convosco, para que a tragédia por que estás a passar não se repita».

Protestos do CH.

Em vez disso, o Sr. Deputado escolhe acicatar os ânimos, sabendo precisamente que tragédias dessas, assim, mais facilmente se repetem, porque, de cada vez que uma se repete, o Sr. Deputado vai ali àquela tribuna tentar colher os ventos que semeou antes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que vocês semearam!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi ali falar de textos nas redes sociais que nenhum de nós aqui se eximirá de dizer que estão errados.

Protestos do CH.

Não nos falou acerca de uma publicação nas redes sociais que diz: «Menos um criminoso, menos um eleitor do Bloco de Esquerda.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nas vossas manifestações!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não disse se a condena, se foi de alguém do Chega, se foi de algum assessor seu. Não se distancia nem condena.

A história, escolhemos nós como a fazemos, mas não é preciso nenhum esclarecimento: o seu lugar no acicatar do ódio e no destruir da democracia já está...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L e do PS.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura. Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, de facto, o caminho, cada um de nós escolherá.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já está escolhido!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós já escolhemos um.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já! Incentivar ao racismo e à violência!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós já escolhemos um: o caminho é o das polícias e do Estado de direito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não somos como a juventude socialista, que hoje até escreveu, durante a tarde, assim: «O racismo tirou mais uma vida.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «O racismo tirou mais uma vida»: isto é que é acicatar o ódio, isto é que é dizer «os malvados da polícia voltaram a atacar, porque era negro, porque era cigano ou porque era imigrante». Não! O lugar da história desse lado é sempre um: culpar os polícias.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O seu lugar é ter mais mortes na consciência!

O Sr. **André Ventura** (CH): — De facto, o melhor lugar da história é dizer aos polícias que eles podem, devem, e têm o dever de atuar quando a segurança está em risco. É desse lado que nós estamos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A sua consciência pesa-lhe! Se a tivesse, pesava-lhe!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está calado, pá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado, os polícias, os guardas, os agentes também têm pais, também têm filhos, também têm avós.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois têm!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eles também são seres humanos, também mereciam que o Parlamento condenasse quando os Ireneus, os Carlos, os Antónios são mortos, mas vocês ficam no silêncio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... cúmplices, absolutamente cúmplices, quando algum polícia morre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ficam sempre nesse silêncio!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Hipocrisia! A sua consciência pesa-lhe! Se a tivesse, pesava-lhe!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A história já escolheu. Disse o Sr. Deputado que, quando fui àquela tribuna, manchei o nome e o lugar da democracia. A história fará esse juízo e dirá, depois de mim e de si, o que fizemos. Há uma coisa que a história dirá: é que esta bancada nunca contribuiu, como vocês, para que a bandidagem cresça em Portugal. Sempre fizemos o contrário.

Aplausos do CH, de pé.

Protestos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Rui Tavares, pede a palavra para que efeito?

Protestos do CH.

Pausa.

Srs. Deputados, deixem, por favor, ouvir o Sr. Deputado Rui Tavares, para sabermos o que pretende.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não se exponha ainda mais ao ridículo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz sempre este teatro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual! Já chega!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Que paciência!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sobre a condução dos trabalhos, Sr. Deputado? Faça favor.

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, claro que é, logo haja condições para a fazer...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Certo. Vai haver condições para a fazer, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh pá, senta-te e vai-te embora!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Somos pacientes!

Enviaremos à Mesa, para distribuição pela Sala, a publicação nas redes sociais a que me referi, que diz «Menos um criminoso, menos um eleitor do Bloco de Esquerda», para que o Sr. Deputado André Ventura, finalmente, possa dizer se confirma que é de alguém do Chega, se a condena, se se distancia dela.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é uma interpelação à Mesa?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, é também para uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, no mesmo seguimento do Deputado Rui Tavares, para que a mancha seja ainda maior, na opinião do Deputado Rui Tavares, distribuiremos por toda a Câmara as ameaças reais que pesam sobre Lisboa esta noite.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Distribuiremos por toda a Câmara, toda, para todos poderem ver!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que intimidação política que aí anda!

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Percebo que fique chateado, Sr. Deputado!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Os Srs. Deputados farão o favor de fazer chegar à Mesa os documentos que querem ver distribuídos e a Mesa distribui-los-á.

Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

Protestos do CH.

Pausa.

Passámos à próxima declaração política. Peço à Câmara que crie condições para ouvirmos a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nos últimos dias temos vivido uma forte tensão social, a qual tem gerado, e bem, preocupações, nomeadamente quanto ao seu apaziguar, e a qual nos deve convocar a todas e a todos — pelo menos aqueles que trabalham no espectro democrático desta Assembleia da República — para, com sentido de Estado, com responsabilidade, procurarmos as respostas de que o nosso País precisa, a nível da integração e do combate ao ódio e à não-discriminação, para garantirmos que temos um País verdadeiramente inclusivo.

Mas também existem outras preocupações, que não podemos deixar de trazer a esta Assembleia, noutras dimensões que têm gerado não só preocupação, como consternação, a nível social. Falo da proteção animal no nosso País.

Aquilo que temos visto, nestes últimos seis meses, tem sido um grave retrocesso, um regresso ao passado, um revivalismo, que não podemos nem aceitar nem compreender, na política que o Governo da AD tem procurado prosseguir e que está a ser sinónimo de retrocessos nas políticas de proteção animal.

No que diz respeito à destruição do trabalho do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e à devolução de competências à DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária), não podemos dizer que não sabíamos ao que vinham, porque ficou claro, desde a época eleitoral, que era intenção da AD retroceder nessa matéria.

Deixou-se de apoiar a proteção animal financeiramente, não se executando as verbas previstas no Orçamento do Estado de 2024. Nem 1 cêntimo foi ainda entregue às associações, às autarquias, às câmaras municipais, que ajudam as famílias, que garantem não só a esterilização, como a recolha de animais, assim como o apoio às famílias carenciadas.

Tudo isto tem sido posto em causa por uma política incompreensível, que estende a mão a uns, mas se fecha a quem efetivamente precisa, nesta área. Falamos de zero euros, falamos de uma decisão política que é uma afronta a todas e todos aqueles que, dia após dia, se dedicam a resgatar, salvar e proteger os animais.

O mesmo se passa em relação às próprias autarquias. Sim, nomeadamente os médicos veterinários, os autarcas da própria bancada do Partido Social Democrata que neste momento estão no terreno. Os próprios Deputados e parlamentares que passaram por esta Assembleia ao longo de várias décadas e que lutaram para que hoje, em pleno ano de 2024, tivéssemos uma política mais robustecida em matéria de proteção animal.

Há um retrocesso de pelo menos oito anos neste caminho da proteção e do bem-estar animal, nas verbas que, até com ampla maioria e amplo consenso, foram aprovadas neste Parlamento, e também nos vários projetos de lei e outras iniciativas que temos feito aprovar.

Falo, por exemplo, da aniquilação de um esforço que levou anos a construir e do trabalho exaustivo e muitas vezes invisível de associações que fazem muito mais do que deveriam fazer e que tantas vezes se substituem ao Estado. Falo de associações que têm, inclusivamente, pedido reuniões aos vários grupos parlamentares, a quem já deram o seu testemunho. Falo de associações que, neste momento, ponderam até fechar as portas, precisamente porque, perante a não-prossecação destas políticas, voltaram, durante mais um ano, a cumprir um papel que é do Estado, pagando esterilizações com os seus fundos, acolhendo animais, sempre disponíveis quando o telefone toca, seja a que horas for, mesmo de noite. Ninguém está nas autarquias para atender, mas dizem que estão do lado das associações. No entanto, as verbas não chegaram à porta destas associações.

Por conseguinte, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é gritante esta injustiça e esta deslealdade para com quem está no terreno a cumprir um papel que é de todas e de todos nós.

Estas associações são, frequentemente, a última linha de defesa para os animais abandonados ou maltratados e estão sobrecarregadas. Sobrepõem-se ao Estado e, mesmo assim, veem as suas necessidades completamente desconsideradas por esta política da AD e por um despacho que tarda em sair e que não sabemos, sequer, se vai sair.

Bastava as assinaturas das tutelas das Finanças e da Agricultura para que o mesmo se concretizasse. Falamos de um valor de 13 milhões de euros que estava previsto para 2024. Um valor que, de si, já era

insuficiente para o que precisamos de fazer a nível nacional e que, para além de ser insuficiente, não se dignaram sequer a executar.

Estamos a falar do mínimo dos mínimos para corresponder às necessidades urgentes de milhares de animais que estão a cargo das associações, das autarquias e também — não nos podemos esquecer — das famílias em situação de vulnerabilidade. É também de pessoas que estamos a falar e não apenas de animais.

Mas o Governo, neste momento, até isso quer tirar. Quer cortar o que mal chegava para garantir que o básico fosse feito. No nosso entender, esta é uma decisão absolutamente escandalosa, já que vai na direção oposta ao que uma sociedade civilizada e progressista deve prosseguir.

A revolta das pessoas e das associações e a sua incompreensão já se tem feito sentir. Existem, inclusivamente, petições a apelar a este Parlamento para que não só garanta a inclusão destas verbas no próximo Orçamento do Estado, mas também a sua execução por parte do Ministério da Agricultura.

Por sua vez, o Ministro da Agricultura veio tentar emendar a mão e dizer que, afinal, não estavam expressamente previstas como em anos anteriores, mas que estavam algures nas verbas previstas para a agricultura. Ora, isto é algo que precisa de ser sublinhado, porque não, estas verbas não constam do Orçamento do Estado para 2025.

Assim, o Sr. Ministro vai ter de fazer opções. Das duas, uma: ou se compromete com o bem-estar animal, porque nem sequer executou as verbas este ano; ou será esta Assembleia que, em sede de especialidade, terá essa oportunidade. E temos a certeza de que, pelo menos aqueles que se comprometeram, como o PAN, ao longo destes últimos anos, não hesitarão em aprovar essa mesma verba, que deverá depois ser executada pelo Governo.

O facto é que estamos já no final de outubro de 2024, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Verbas? Nem vê-las! Como é que vamos confiar em promessas futuras em relação ao Orçamento?

O Ministro assegurou que haverá mais meio milhão de euros, mas resta saber se vai, ou não, executá-lo. No articulado não temos efetivamente nada.

Por isso mesmo, é preciso garantir que não temos aqui uma desculpa para um retrocesso ainda maior, já que sabemos que é dito à boca pequena em reuniões, sejam elas ministeriais ou até mesmo nos corredores desta Assembleia, que a intenção é voltarmos a abater animais no nosso País.

Ora, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nenhum dos nossos concidadãos vai perdoar se permitirmos que esta seja a desculpa, a rampa para que se possam voltar a abater mais de 200 000 animais ao ano, como acontecia em Portugal.

Cabe-nos, pois, agora, a todas e todos nós, não o permitirmos e pedirmos o compromisso do Partido Social Democrata, de onde saíram Deputados como António Maria Pereira ou, mais recentemente, até mesmo o próprio Cristóvão Norte...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate almas?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento. Como é que pretende responder?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Em duas vezes, Sr.^a Presidente. Primeiro a três e depois aos dois seguintes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.^a Deputada Palmira Maciel, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Faça favor, Sr.^a Deputada, tem 2 minutos.

A Sr.^a **Palmira Maciel** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, saúdo a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real por esta declaração política sobre o bem-estar animal, o que, na realidade, também muito preocupa o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Preocupa-nos, porque o Governo do Partido Socialista deu uma grande importância à saúde animal, à promoção do seu bem-estar e à sua integração enquanto parte ativa na defesa da saúde pública. O Partido Socialista, enquanto Governo, desenvolveu e concretizou políticas efetivas, tendo legislado para, de forma harmoniosa, conciliar e melhorar a vida dos animais.

Por isso, apesar do longo caminho já percorrido, como aqui foi dito pela Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, sabemos que muito mais ainda há a fazer. Continua a ser necessário e urgente diminuir o abandono de animais, privilegiando ações de identificação, esterilização e adoção responsável.

Não podemos esquecer-nos do trabalho que é feito pelas associações locais, pelas autarquias, que tem sido feito com grande esforço. Recordemos, a Lei n.º 27/2016, que cria os centros de recolha oficial de animais e proíbe o abate desses animais.

E, Sr.^a Deputada, é bem verdade. Também procurei no Orçamento do Estado para 2025, até usei a pesquisa automática, para me ajudar. Sobre bem-estar animal: zero! Não está lá nada! A Sr.^a Deputada, encontrou a dotação orçamental nalguma parte do Orçamento que eu não tenha visto?

Através da comunicação social, fomos informados de que as competências vão transitar novamente para a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária. A Sr.^a Deputada considera que esta passagem apenas é fundamental para resolver a questão do bem-estar animal? Será que o problema se resolve com a contratação de meia dúzia de médicos veterinários? Temos de lembrar os Orçamentos de 2021, 2022 e 2023.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, leia nos meus lábios e ouça, por favor, o que lhe vou dizer: «Vai haver dinheiro para a proteção animal e vai haver mais 500 000 € do que aqueles que estão plasmados no atual Orçamento do Estado.»

Tal como está redigido no programa para o bem-estar animal, o Governo está comprometido, designadamente com a esterilização, a adoção, os centros de recolha oficial, a manutenção do fim dos abates, entre outros, no sentido de cumprirmos o dever cívico e moral com os animais, mas também com a salvaguarda da saúde pública, que não é menos importante para nós.

Indo ao encontro da sua questão, o que sucede é que a verba para a proteção animal está no Orçamento do Estado, com o acréscimo que referi de 500 000 €, não estando, no entanto, plasmada de forma desagregada.

O PSD está comprometido com esta matéria, e não podia ser de outra maneira, até porque temos um histórico que muito nos orgulha. Para recordar os mais esquecidos, foi da nossa autoria a primeira lei da proteção animal, em 1995, há quase 30 anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Foi também, mais recentemente, da nossa autoria — em 2014, como sabe — a criminalização dos maus-tratos e o abandono dos animais, sem esquecer a distinção no Código Civil entre animais e coisas.

Sr.^a Deputada, nós não surfamos ondas de populismo de acordo com simpatias sectárias ou ideológicas. Temos trabalho feito e pretendemos continuar a fazê-lo, sempre com o objetivo de melhorar, credibilizando e respeitando o esforço e o voluntarismo das instituições públicas, privadas e sociais que muitas vezes se substituem ao papel do Estado. Respeitamos muito esta gente, Sr.^a Deputada!

O amor pelos animais não é património do PAN, não é património da esquerda, não é património da direita, é património de todos os portugueses!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Estamos, pois, disponíveis para a discussão em sede de especialidade, para dissipar quaisquer dúvidas que possam subsistir sobre esta matéria ou sobre o nosso compromisso em relação à mesma.

Sr.^a Deputada, termino perguntando-lhe, olhos nos olhos: esta garantia é suficiente para si?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, obrigada por trazer o tema do bem-estar animal a este debate.

Sabemos que o bem-estar animal é também o bem-estar de tantas pessoas que têm os animais como parte da sua família. Portanto, a prioridade ao bem-estar animal é também a prioridade ao bem-estar das pessoas.

Ouvimos hoje o Sr. Deputado Alexandre Poço dizer que uma das grandes conclusões do Congresso do PSD é que «a prioridade são as pessoas». Mas depois, de facto, não encontramos no Orçamento do Estado nenhuma rubrica específica relativamente ao bem-estar animal e ao apoio a estas pessoas que têm os animais como parte da sua família.

Diz-nos o Sr. Deputado do PSD que está lá escondida, mas que não a encontramos porque não está desagregada. Aguardamos o esclarecimento por parte do Governo para saber, exatamente, então qual é a verba que está reservada ao bem-estar animal e também para perceber porque é que não está desagregada, isto é, porque é que não está explicitamente identificada como uma rubrica de bem-estar animal. É uma situação que está a provocar tanto mal-estar nas associações e nas pessoas e, portanto, não se percebe esta opção do Governo.

Vamos, pois, aguardar para perceber se o bem-estar animal está realmente no Orçamento do Estado. E agradecemos qualquer ajuda para encontrar esta rubrica e este dinheiro do Orçamento do Estado reservado para o bem-estar animal, porque nós, de facto, também não o encontramos.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.^a Deputada. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, agradeço à Sr.^a Deputada Palmira Maciel, ao Sr. Deputado Gonçalo Valente e à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes as questões que colocaram.

Começo — perdoem-me, Sr.^{as} Deputadas! — pelo Sr. Deputado Gonçalo Valente e pela sua questão.

Olhando-o também olhos nos olhos, começo por lhe dizer: «Paguem o que devem à causa animal!» Neste momento, o Governo não executou o Orçamento do Estado para 2024, que tem despachos para assinar.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Valente.

Por isso, volto a dizer: «Paguem o que devem à causa animal!»

Neste momento, é este Governo que está em funções.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Valente.

Repito: Sr. Deputado, neste momento é o seu Governo, apoiado pela sua bancada, que está em funções.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E o Orçamento é do PS!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, é ao seu Governo que cabe assinar os despachos e pagar o que deve à causa animal e às autarquias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Paguem aos animais!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Essa responsabilidade não cabe a mais ninguém!

O Orçamento do Estado é da Assembleia da República, é do povo português e é de todos aqueles que trabalham e que estão no terreno para ver os apoios.

E não, esta garantia não chega, Sr. Deputado! Sabe porquê? Porque quem não cumpre a letra da lei que está no Orçamento, quem não entrega os 13 milhões de euros que, neste momento, deveriam estar a ser executados tem muito pouca legitimidade para vir dizer que vamos ter um aumento de 500 000 €, que nem sequer consta do Orçamento.

Basta fazer um simples exercício. Sabe quantas vezes aparece a palavra «animal»? Zero! A palavra «animais»? Zero! Por isso, não me venha dizer que a proteção animal está prevista, porque, efetivamente, não está!

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Valente.

Assim, o compromisso que tem de sair daqui é o de que, em especialidade, vão, de facto, acompanhar as propostas.

E respondendo às Sr.^{as} Deputadas Isabel Mendes Lopes e Palmira Maciel, que colocaram questões muito pertinentes, não chega a passagem de competências e ter meia dúzia de médicos veterinários. Temos de ter uma estratégia nacional para a proteção animal, apoiar as autarquias que estão no terreno.

Mais, os 500 000 € também não chegam para a esterilização que temos de fazer aos cerca de 900 000 animais que temos como animais errantes.

O que não queremos é que uma lei que proibia os abates e que foi aprovada por unanimidade de todas as forças políticas que à data estavam na Assembleia da República, em 2016, volte a ter um retrocesso que permita que se volte a abater animais no nosso País; animais saudáveis que podiam e deviam ter uma oportunidade nos canis.

Lembro que não estamos a falar de animais apenas, também estamos a falar de pessoas, de famílias carenciadas que, tantas vezes, dependem do acesso a bens alimentares e também aos serviços médico-veterinários, cujo IVA (imposto sobre o valor acrescentado) é taxado a 23 %.

Daí que lhe pergunte: vai a sua bancada acompanhar a descida do IVA? Recordo que no passado também propuseram a descida do IVA, mas se calhar agora que são Governo já não vão apoiar.

Portanto, a garantia tem de estar desse lado, Sr. Deputado. Do nosso lado, estaremos cá para propor estas alterações no Orçamento do Estado.

Acompanhamos ainda as preocupações que foram aqui expressas, quer pela Sr.^a Deputada Palmira Maciel quer pela Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes. Precisamos de garantir que o caminho que foi feito desde 2018 — em que começámos com 2 milhões de euros, sendo que agora tínhamos 13 milhões de euros para a proteção animal — seja um caminho que não se perde. Isto porque ao ajudarmos os animais vamos estar a ajudar muitas pessoas.

Acima de tudo, vamos estar a evitar que se dê um passo atrás. Mais, vamos garantir a prevenção de problemas futuros em matéria de saúde e bem-estar animal, de saúde pública e também em questões sociais que são bastante prementes e às quais este Parlamento tem o dever de dar respostas.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos, agora, à segunda fase dos pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quero cumprimenta-la pela oportunidade de ter trazido este tema,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... porque, de facto, sendo este um Governo de contrarreformas, a vigilância democrática em sede da Assembleia da República é duplamente necessária.

Não é por obra do acaso que a verba desapareceu do Orçamento do Estado e que hoje assistimos, com curioso interesse, ao compromisso verbal da bancada do PSD de inscrever uma verba da qual, em primeiro lugar, como questiona a Sr.^a Deputada, se esqueceram, e, em segundo lugar, tendo sido apanhados, dizem agora que a vão alocar em sede de especialidade.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Alocar?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, pergunto à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real que avaliação é que faz destes meses de governação do Partido Social Democrata em matéria de proteção animal? Pergunto, ainda, se não acha que existe o risco real, numa data de outras matérias, de haver um recuo, tendo em conta a rampa deslizante em que a direita se enfiou,...

Protestos do PSD.

... cada vez mais próxima da extrema-direita? Não haverá o risco de que também a proteção animal seja ameaçada e que as conquistas pelas quais conjuntamente lutámos nos últimos anos — em matéria de proteção animal, de recuo da atividade tauromáquica, de proteção de alternativas no quadro da alimentação — não estejam também ameaçadas por esta rampa deslizante em que o PSD se decidiu meter, em direção à extrema-direita?

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, salientando a importância do tema que propôs nesta discussão, que corresponde, em boa parte, a preocupações que o PCP tem em relação ao bem-estar animal, designadamente quanto à problemática dos animais errantes, que é, de facto, muito importante e que gera problemas muito complexos a muitas autarquias.

Queria salientar, no entanto, que em relação à problemática dos animais errantes é fundamental, é necessário, é urgente adotar uma estratégia de prevenção a montante do abandono animal. Desde logo, com instrumentos fundamentais de prevenção do abandono, tais como campanhas de sensibilização e educação para a aquisição e adoção responsáveis de animais.

Desta forma, sim, são necessárias políticas públicas mais robustas, até no sentido do seu financiamento, desde logo em ordem ao desenvolvimento e à sustentação destas campanhas, mas também das campanhas de esterilização, que são indispensáveis e que não podem ceder terreno, campanhas essas em que o robustecimento das respostas públicas, nomeadamente das autarquias, é fundamental.

Neste contexto, perguntava-lhe se não considera indispensável robustecer o financiamento, nomeadamente das autarquias, para áreas como estas, de campanha, de esterilização e de reforço das medidas nos centros de recolha animal.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes dois últimos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, agradeço aos Srs. Deputados Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, e Alfredo Maia, do PCP, as questões que colocaram e que são bastante pertinentes, quer

na dimensão da prevenção quer no risco iminente de ver retroceder políticas públicas de bem-estar e proteção animal.

Desde logo, respondendo à questão do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o PAN não se revê nesta política de retrocesso em que, por um lado, se passa novamente as competências do ICNF para a DGAV de forma precipitada, sem sequer ser feita uma avaliação, sem se perceber o trabalho que estava a ser feito ao nível da formação dos médicos veterinários municipais, dos polícias de segurança pública e, também, dos agentes da GNR (Guarda Nacional Republicana). Ou, também, do trabalho ao nível da fiscalização, inclusive dos caçadores, das matilhas, e de sensibilização para o bem-estar animal por parte destas entidades. É algo que também é importante, o estarmos no terreno, ao lado de quem muitas vezes não está sensibilizado, trazendo-os para o necessário respeito pelo bem-estar animal. Por outro lado, houve esta transferência de competências para a DGAV sem sequer perceber o que é que ela iria implicar, havendo na DGAV uma impreparação, pois esta entidade não tinha, sequer, um departamento para o bem-estar dos animais de companhia e tendo, bem sabemos, deixado prescrever mais de 500 processos sem qualquer tipo de consequência, seja ela política ou de responsabilidade do ponto de vista disciplinar.

Mais ainda: o Sr. Deputado deu este exemplo — e bem, em meu entender —, da questão da tauromaquia. É que este mesmo Governo, que fecha a mão para associações de proteção animal, é o Governo que permite que continuem a ser comprados bilhetes para as praças de touros, financiando a tauromaquia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É! E bem! E bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... quando as associações, neste momento, têm zero de apoio.

Os 19 milhões de euros que todos os anos são dados para a atividade tauromáquica davam, por exemplo — e sobravam, Sr.^{as} e Srs. Deputados! —, para esterilizar todos os 900 000 animais que os sensores realizados identificaram como animais abandonados no nosso País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A castração química?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, não venham dizer que não há dinheiro, porque que ele existe, só que este Governo optou por dar a mão, mais uma vez, ao *lobby* da tauromaquia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é extremismo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ao *lobby* da caça, cujos avisos também continuam a sair, enquanto, curiosamente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os mesmos avisos para a proteção animal, que diziam que eram do Governo passado — e, por isso, não assinaram —, continuam por assinar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a liberdade e democracia para os toureiros?! E a liberdade?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, é com muita preocupação que olhamos para este risco de retrocesso nestas matérias, até porque, desde que este Governo tomou posse, passámos a ter corridas de galgos ilegais no nosso País, corridas de cavalos ilegais no nosso País, sem qualquer fiscalização e sem qualquer tipo de controlo ou prevenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podia ser tudo legal, é verdade!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, precisamos de garantir que temos, no nosso País, não só um núcleo responsável por prosseguir com estas matérias, mas, também, por prevenir o abandono — e indo ao encontro da questão levantada pelo Sr. Deputado Alfredo Maia. Na verdade, para estas matérias não há verbas no Orçamento, quando as normas tinham esta especificação, tinham a dotação para a esterilização e, também, para os programas de sensibilização e bem-estar animal, como, por exemplo, relativas ao acorrentamento, à detenção responsável; mas tudo isso desapareceu da letra do Orçamento.

Se calhar, aquilo que vamos ter de passar a prever é, de facto, uma maior literacia para o próprio Governo, ou, então, alguns pares de óculos, para que nos façam olhar novamente para o Orçamento, porque, efetivamente, todos nós pesquisámos e ninguém encontrou as verbas para a proteção animal.

Portanto, como isto não é nenhum jogo para ver quem é que descobre primeiro estas verbas, é importante que as mesmas saiam do papel e que, para este ano, façamos aqui um esforço.

Esperamos contar, evidentemente, com estas aprovações para que, em sede de especialidade, este erro seja corrigido.

Aplausos da Deputada do PS Rosário Gambôa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Terminado este ponto das declarações políticas, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira para dar à Câmara uma informação relevante sobre o acompanhamento dos nossos trabalhos.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr.^a Presidente, é para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, as seguintes Sr.^{as} e Srs. Deputados: Manuel Pizarro, José Carlos Barbosa e Raquel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, bem como Carlos Cação, Luís Newton, Olga Freire e Dulcineia Catarina Moura, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Queria lembrar a Câmara de que temos hoje, no final dos nossos trabalhos, no átrio principal, um momento cultural, no âmbito das comemorações dos 10 anos de elevação do cante alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade, com os dois grupos que nos acompanharam no Plenário — Grupo Coral de Ourique e Grupo Cantares de Évora.

A nossa agenda de amanhã, dia 24, quinta-feira, pelas 15 horas, é preenchida por quatro pontos, o primeiro dos quais consiste no debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo.

No segundo ponto, teremos o debate sobre o Relatório Anual do Provedor de Justiça de 2023.

Do terceiro ponto, consta a apreciação da Petição n.º 227/XV/2.^a (Mónica Sofia Rodrigues Pereira e outros) — VIVER o recreio escolar, sem ecrãs de *smartphones!*, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 330/XVI/1.^a (BE) — Promove uma escola sem ecrãs de *smartphones* nos primeiros níveis de ensino, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro e 338/XVI/1.^a (PAN) — Promove o uso saudável de tecnologias nas escolas, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril e os Projetos de Resolução n.ºs 142/XVI/1.^a (PCP) — Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social, 388/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da reflexão e ação sobre o impacto dos telemóveis em ambiente escolar, 391/XVI/1.^a (L) — Por melhores condições para brincar e para estar na Escola e 392/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil.

No quarto ponto, faremos a discussão conjunta da Petição n.º 219/XV/2.^a (Luís Miguel Sottomaior Braga Baptista e outros) — Solicitam medidas contra a violência na Escola e reforço da Paz e Segurança, com os Projetos de Lei n.ºs 329/XVI/1.^a (BE) — Isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde, 333/XVI/1.^a (L) — Promove medidas para combate à violência em contexto escolar, 336/XVI/1.^a (PAN) — Afirma as escolas como um espaço seguro livre de todas as formas de discriminação, alterando a Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro e 337/XVI/1.^a (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior e com os Projetos de Resolução n.ºs 130/XVI/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar, 153/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção, 208/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens, 304/XVI/1.^a (L) — Pela valorização e qualificação das carreiras de assistente técnico e de assistente operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a

adequação destes recursos à realidade de cada escola, 389/XVI/1.^a (PCP) — Medidas de prevenção e combate à violência nas escolas, 390/XVI/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar e 393/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de promoção da segurança e combate à discriminação nas escolas.

Muito obrigada, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.